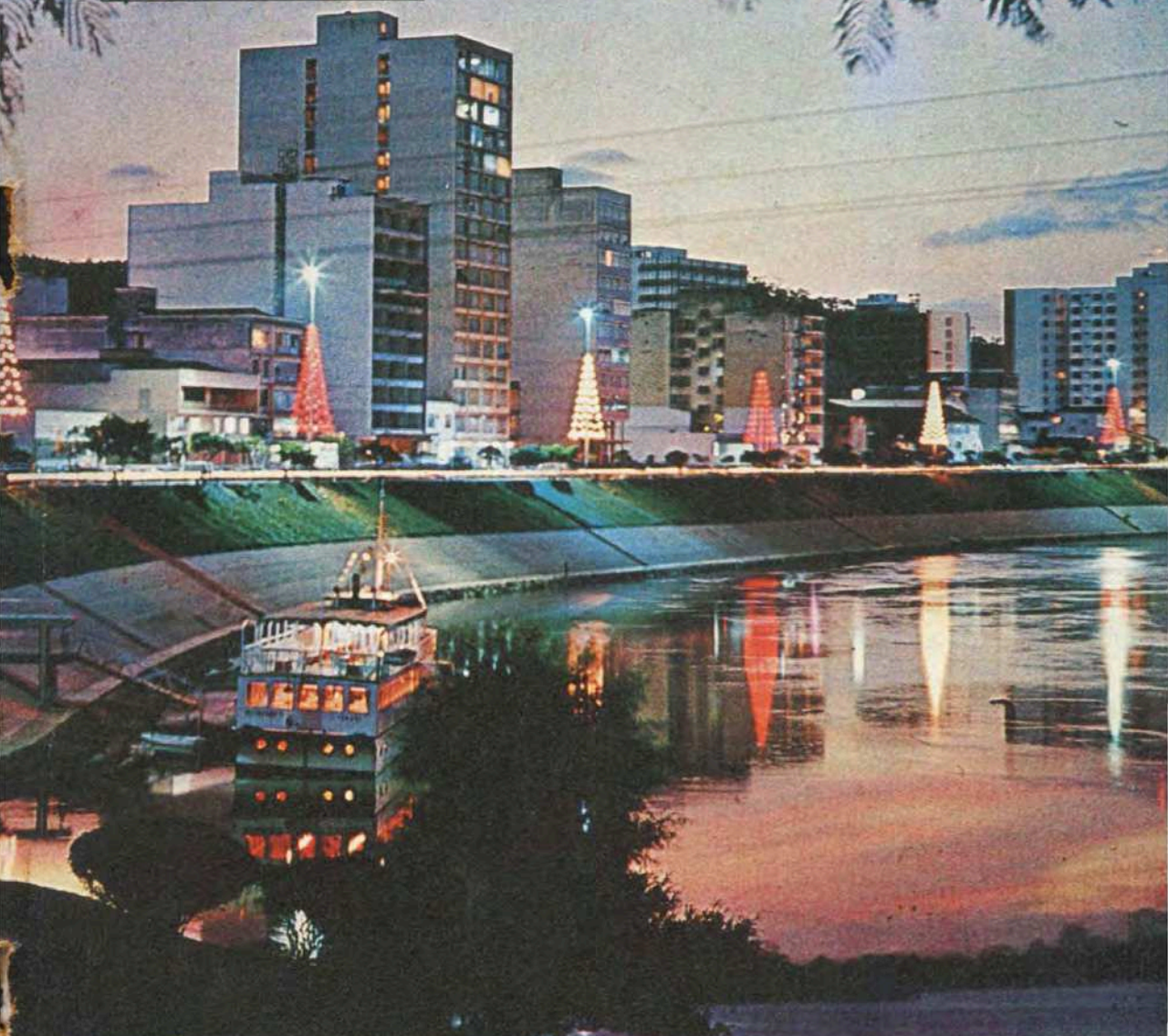


# BLUMENAU EM CADERNOS

TAXA PAGA  
AUTORIZAÇÃO Nº. 48  
ECT DR S.C.



TOMO XVI

Outubro de 1975

Nº. 10



## CANTO DOS COOPERADORES

**Esta publicação pode sobreviver  
graças à generosa contribuição dos  
seguintes cooperadores**

Cremer S/A. - Produtos Têxteis e Cirúrgicos - Blumenau

Centrais Elétricas de Santa Catarina S/A. - Blumenau

Tabacos Blumenau S/A. - Blumenau

Indústria Têxtil Companhia Hering - Blumenau

Artex S/A. - Blumenau

Cia. Comercial Schrader S/A. - Blumenau

Companhia de Cigarros Souza Cruz - Blumenau

Artur Fouquet - Blumenau

Georg Traeger - Blumenau

Electro Aço Altona S/A. - Blumenau

Distribuidora Catarinense de Tecidos S/A. - Blumenau

Fundação Teófilo Zadrozny - Blumenau

Transportadora Vale do Itajaí Ltda. - Blumenau

Felix Hauer - Curitiba

Conrado Hildefonso Sauer - Rio de Janeiro

Fritz Kuehnrich - Blumenau

Armen Mamigonian - Presidente Prudente S. P.

Companhia Industrial Schlösser S/A. - Brusque

Tecelagem Kuehnrich S/A. - Blumenau

Malharia Blumenau S/A. - Blumenau

Gráfica 43 S/A. - Ind. e Com. - Blumenau

Consulado Alemão - Blumenau

Dr. Jucy Varela - Caçador

# Blumenau

## em Ladernos

TOMO XVI

OUTUBRO DE 1975

Nº. 10

ASSUNTOS LAGUNENSES

**Os Vice-Reis e a Briosa Câmara da Laguna**

OSWALDO R. CABRAL

O Vice-Rei Dom Luiz de Vasconcelos teve uma especial ogeriza pela Câmara da Laguna e nunca a escondeu — antes pelo contrário sempre que se apresentava ocasião, que aliás não lhe faltou, desfeiteava os pobres vereadores da vila de Santo Antônio dos Anjos, que, nestas longínquas paragens viviam em constantes e titânicas lutas para poder sobreviver, passando as mais acerbadas necessidades sem jamais perderem a preocupação de bem servir a El Rei, seu senhor e soberano.

O mínimo que ocorria a Dom Luiz de Vasconcelos era chamar aos pobres Juizes Ordinários da vila dos Brito Peixoto de “ignorantes”... E não se esquecia de fazer sentir quão importunas eram, às vezes, com as suas súplicas, pois vivendo no abandono em que viviam, outra alternativa não possuíam senão pedir, embora com muito poucas esperanças de serem atendidos...

Ignorantes, não se duvida que o fossem, a ponto de incomodar com a sua simplicidade o enfatuado Vice-Rei; e importunos seriam sempre, isto é, menos quando deles se lembravam para à própria custa, à custa da sua miséria, se lançarem pelos sertões, enfrentando feras e bugres e castelhanos, na sua luta pela conquista do continente...

Os casos que vamos contar são dos muitos que recolhemos no Arquivo Histórico do Palácio — melhor dizendo — que existia no Palácio do Governo, dos velhos documentos originais.

Em 1782, era vigário da Laguna, havia oito anos, o padre Antônio José Ribeiro. Era, consta dos documentos, um homem de costumes simples, severo, zeloso do culto, misericordioso para com os pobres e enfermos e, além de tudo, fator de paz e concórdia entre os moradores, por



quem era amado e respeitado. A Câmara dizia dele ser “hum dos melhores Pastores de que se recorda a memória destes Povos” — e, para a sua manutenção, cada uma das pessoas “de confissão” contribuía com 150 réis por ano.

Infelizmente, para ele e para o seu rebanho, que tanto o queria, tinha o pobre do padre Antônio José Ribeiro um desafeto, seu irmão de ordens e colega de batina, o padre Vicente José da Gama Leal, Visitador do continente sul por delegação do Diocesano.

Surgira a inimizade não sabemos por que motivos — mas se agravara na oportunidade da visitação, quando o virtuoso pároco da Laguna entrou com uma ação inibitória para que o delegado do Bispo não prosseguisse na sua visita, “pela falta declarada na mesma inibitória, e outras que diz induzirem nulidades insanáveis do Direito comum e das Constituições da Metrópole” — conforme diz o documento, o que, aliás, não nos traz a menos réstea de luz a respeito...

Isto lhe valeu a retirada da Laguna, sendo para lá mandado o padre João de Almeida, “simples clérigo no Rio Grande”.

Contra o ato do Visitador, ou do Prelado, clamaram os povos, fazendo chegar às mãos do Vice-Rei uma petição, datada de 4 de maio, e assinada pelos Juizes Ordinários Antônio Marques Tôres e José Bernardo de Castro e pelos procuradores do povo João Rodrigues Alves, Antônio Nunes e Anselmo Gonçalves Ribeiro.

A petição é respeitosa, humilde, subserviente, mesmo, como se exigia à época, para gáudio dos potentados, conquanto longa e minuciosa — e nela se pedia que mandasse suspender a posse do padre nomeado e impetrando a paternal e indefectível piedade do Diocesano, a fim de conservar o vigário antigo, através da palavra e do empenho do Vice-Rei.

Dom Luiz, entretanto, não deu resposta à Câmara, nem atendeu à súplica dos moradores — antes, deixou-se encher pelos ouvidos, atendendo às intrigas dos seus validos da ante-sala, interessados, talvez, em desfigurar a questão, colocando-se em favor do Visitador, batina muito mais importante, contra o humilde padre que “tanto na paz como na guerra”, conforme consta da petição, “se houve e se distinguiu”. E, para não deixar as coisas pela metade, mandou o enfatuadíssimo Dom Luiz de Vasconcelos, tão logo recebeu a petição e se informou, que se oficiasse ao Governador Teixeira Omem, que o era de Santa Catarina, nos termos seguintes, que bem espelham o conceito do potentado a respeito da Câmara da Laguna:

“Logo que V. S. receber esta, vendo a cópia inclusa da Representação dos Juizes Ordinários e Procuradores do Povo da Vila da Laguna, da qual se mostra claramente a facilidade com que se deixaram sugerir para dar um passo tão errado, e tão reprehensível como o que na mesma consta e se refere, mandará vir à sua presença todos os ditos Juizes e Officiais e lhes estranhará muito severamente, de minha ordem, e em nome de S. Mage. semelhante absurdo pelo qual não procedo a maior demonstração por ser tal a sua ignorância que eles mesmos são os que m'o participam”.

Em outras palavras, queria isto dizer, nada mais nada menos do que mandar convocar o Governador a Câmara para que fosse à Ilha a fim de dizer-lhe, na cara, de corpo presente, que era composta de umas grandíssimas bestas. Só porque havia a edilidade pedido a permanência



de um vigário que era benquisto e vinha servindo aos povos a contento de todos...

Mas, continuava o documento:

"V. S. lhes fará conhecer quanto seria desagradável a S. Mage. se lhe fôsse presente que eles intentaram perturbar a jurisdição que a mesma Senhora, como Grã-Mestra da Ordem de Cristo, tem conferido aos Prelados Eclesiásticos, e quanto devem ser respeitadas todas as determinações do nosso Excelentissimo e Reverendissimo Prelado, nas matérias que, como a de que se trata, são privativas da sua jurisdição, sendo muito escandaloso que aqueles mesmos que pela obrigação de seus cargos lhes deveriam dar todo o auxílio necessário para serem observadas, sejam os que o dão contrário, por hum modo o mais estranho a quem pretende subtrair-se às mesmas determinações".

E, depois destas preciosidades, concluía, enérgico:

"Finalmente, ainda que espere que baste esta minha providência para o caso presente, se V. S. vir que são necessarias mais algumas, para se remediar a desordem principiada, as praticará em meu nome, dando-me conta de tudo" — Rio, 11 de junho de 1782".

Tempestade em copo d'água... É certo que na Laguna houvesse descontentamento entre a sua minguada população, mas não coisa de tanta importância assim, como faziam crer ao Vice-Rei, uma quase subversão. No Rio, entretanto, é mais do que certo, as intrigas ferviam, era preciso agradar ao Ordinário — e o famigerado Dom Luiz, a 15 do mesmo mês, quatro dias depois do despacho anterior, fazia acrescentar este POST-SCRIPTUM ao Officio ainda não remetido;

"Devo acrescentar ao meu Officio, que agora remeto, de 11 do presente mês, que COMO AQUI CONTINUAM AS VOZES MAIS ESCANDALOSAS sobre o procedimento da Câmara da Vila da Laguna, a respeito do fato de que trata o dito Officio, se V. S. entender que a demonstração de que nele trato deve ser maior, ou compreender mais pessoas, assim o fará, porque faltando-me toda a informação, não posso nem desprezar as vozes que ouço, nem acreditá-la em tudo. Mas o que não pode deixar de admirar-me é que uma semelhante desordem não pudesse ser, no principio, remediada por V. S. ou pelo Ouvidor da Comarca, aos quais pertence conter os povos dos seus Distritos na obediência e sujeição que devem ter aos seus legítimos superiores".

Ignoramos se, depois destes fatos, tivesse havido qualquer desordem na Laguna, coisa que, apesar de alegada, nem mesmo antes houvera — mas não é de duvidar que o Officio do Vice-Rei tivesse ferido profundamente os brios dos lagunenses, gente que mostrara ter coragem para muito mais em ocasiões muito mais críticas... Parece que o padre João de Almeida não chegou a assumir o posto. Pelo menos, o seu nome não consta da Relação dos Vigários da Laguna, publicada pela REVISTA CATTARINENSE, de José Johanny, tendo como certa que a dita Relação foi obtida nos livros de registros da Matriz, tais como de batizados, casamentos e óbitos, nos quais os Vigários deixavam seus nomes como officiantes...

A 16 de julho, o Vice-Rei enviou um novo Officio ao Governador Teixeira Omem, recomendando-lhe "usar dos meios mais severos" contra os que tivessem implicados na desordem" (que certamente eclodira após o Officio anterior), pois é certo e documentado que o Bispo teve de mandar um outro padre para verificar IN LOCO o que estava havendo na paróquia, onde não pudera empossar-se o padre João de Almeida.

"Sendo o padre João Teixeira de Lacerda escolhido pelo nosso Exmo. e Revmo. Prelado para ir de uma vez destruir as perturbações que tem suscitado na Vila da Laguna o pároco da freguesia da mesma Vila,



tendo a este respeito encarregado a V. S. da pronta emenda e correção dos que tem concorrido para as mesmas perturbações, que não devem continuar, só me resta dizer-lhe que o mesmo padre deve achar em V. S. todo o auxílio que lhe for necessário para o bom efeito da sua comissão" (Ofício de D. Luiz de Vasconcelos a Teixeira Omem, datado de 19 de julho de 1782).

A missão do Padre João Teixeira de Lacerda foi coroada de êxito. Certamente tornou efetiva a retirada do Padre Antônio José Ribeiro, pois a decisão do Ordinário não poderia ser desautorada, nem ficar desmoralizada a sua autoridade — mas teria prometido colocar na Laguna um outro padre, que fosse do agrado dos moradores, a fim de que não sofresse a ordem pública qualquer alteração maior por tal motivo. Esta é apenas a nossa presunção a respeito, uma vez que não podemos documentar devidamente o que sucedeu — todavia, presunção firmada em que, durante o ano de 1782, passaram pela freguesia os padres Antônio José de Freitas e Francisco Inácio da Silveira, ambos interinos, até que fosse provido o catarinense padre Agostinho José Mendes dos Reis (Revista Catarinense citada) — sacerdote este que se distinguiria mais tarde, tendo chegado a Visitador no Rio Grande do Sul, segundo narra Walter Spalding. João de Almeida está ausente da Relação.

Em outubro de 1782, ano da conturbação, o caso já havia sido resolvido, de acordo com o teor do ofício abaixo:

"Pelos Ofícios de V. S. n.ºs, 12, 13 e 14, fico na inteligência do socêgo em que se acham os Povos da Vila da Laguna, a respeito do Vigário, que indiscretamente intentavam conservar contra as ordens do nosso Exmo. e Revm.º. Prelado" (de Luiz de Vasconcelos a Teixeira Omem, datado de 10 de outubro de 1782 — Arquivo do Palácio, Vol. VI).

E assim terminou o "motim" que não houve, por causa do Vigário. Mas, o Vice-Rei conservou na sua mira a Câmara da Laguna, e nunca esqueceu de que ela não se curvava muito facilmente às suas ordens, tendo pouco flexível a espinha dos seus Vereadores, apesar das suas fracas luzes...

Em 1785, quando ela propôs alguns nomes para Capitães das Ordenanças da Vila, recebeu uma nova reprimenda, constando dela, ainda a especialidade do famigerado Vice-Rei, que era a de chamá-la de ignorante.

De fato, talvez fosse. Mas, briosa — disto não reste dúvida...

x x x

Pior, muito pior, aconteceu, entretanto, ao tempo de D. Fernando José de Portugal, sendo Governador de Santa Catarina o General Joaquim Xavier Curado.

Em 1803, não sei por que cargas d'água, a Câmara da Laguna deixou de cumprir um Acórdão do Tribunal da Relação e ao Ouvidor da Capitania foi dada, pelo Tribunal da Relação, ordem para que intimasse o colegiado a comparecer naquela cidade (Rio de Janeiro), para que se lhe estranhasse a atitude. Certamente, o Ouvidor cumpriu a determinação do Tribunal, não sendo improvável que a totalidade dos Vereadores se esquivasse a fazer tão longa viagem, num tempo em que só se faziam tais



aventuras por mar, em pequenas e frágeis embarcações, ainda mais para receber um “carão” dos magistrados... Vai daí, o Ouvidor, que para tanto pediu e obteve o auxílio do Governador, mandou prender a corporação, meteu-a num bergantim e fê-la apresentar, debaixo de vara, isto é, com escolta militar, na Relação do Rio, onde o “carão” lhe foi passado... Mas a ordem não fora dada para prender a Câmara, para colocar os Vereadores “em cana” como diz a gíria dos nossos tempos, embora, depois de feito de nada adiantasse o esclarecimento,...

Eis o Ofício:

“Recebi as duas Cartas que V. S. me escreveu, datadas de 20 de agosto passado, expondo-me que no Bergantim denominado BELIZÁRIO, tinha embarcado debaixo de prizão, a Câmara da Vila da Laguna, em consequência da ordem que pelo Tribunal da Relação se expedira ao Ouvidor interino dessa Comarca, prestando-lhe V. S. o auxílio que por ele lhe fôra requerido, fazendo-a conduzir pelo Alferes Antônio Corrêa Frz (Fernandes), com hua escolta de quatro soldados e hum oficial inferior do Regimento desta Ilha, sobre o que se me oferece dizer a V. S. que a dita Câmara logo que aqui chegou foi posta em liberdade, porque a ordem que se dirigiu aquele Ouvidor só era para que ela fôsse notificada para se apresentar nesta Cidade, a fim de se lhe estranhar, como se lhe estranhou na dita Relação, o desacôrdo que tiveram em não dar cumprimento a um Acórdão... etc” — Rio, 25 de outubro de 1803 — D. Fernando José de Portugal ao Governador Joaquim Xavier Curado (Arquivo do Palácio, Vol. X).

Correu, o susto, a edilidade lagunense, de ir parar num dos calabouços nada confortáveis de uma das fortalezas da barra do Rio — disto não tenham dúvidas os leitores. Mas, afinal, tudo acabou bem — e só assim os pobres Vereadores lagunenses puderam fazer um ligeiro passeio ao Rio de Janeiro por conta do governo, ainda que as acomodações no porão do bergantim, com sentinela à vista, não fossem lá muito satisfatórias.

Levado o puxão de orelhas ministrado pelos meirinhos da Relação, em nome dos ilustres magistrados desobedecidos, voltaram da excursão, certamente muito satisfeitos, como em geral todos os excursionistas, mesmo com um leve temor de ter adquirido na Corte a “bixa”, que era a febre amarela, que sempre castigou o Rio desde aqueles tempos até os nossos dias.

Não deve ter parado por aqui as aventuras da briosa corporação lagunense — mas se em outras se meteu, não ficou memória — senão no provérbio que sempre foi bastante conhecido na terra de Brito Peixoto: — nunca se deve entreter casos com gente de saia — mulher, padre ou juiz...

---

## HISTÓRIA DE RIO DOS CEDROS

---

No próximo mês de Dezembro, em comemoração ao primeiro Centenário da Colonização Italiana no Vale do Itajaí e aos 125 anos da Fundação de Blumenau, será lançado o livro HISTÓRIA DE RIO DOS CEDROS, de autoria do Padre Victor Vicenzi.

O livro será editado pela Fundação “CASA DR. BLUMENAU”, com cerca de 200 páginas e fartas ilustrações.



# 1º Congresso de História será em dezembro

Em comemoração aos 100 anos de colonização italiana no Vale do Itajaí e aos 125 anos de fundação de Blumenau, será realizado de 9 a 13 de dezembro deste ano, o 1º Congresso de História do Vale do Itajaí.

Poderão participar da promoção os professores de História, Geografia e Estudos Sociais, os pesquisadores, educadores e demais pessoas interessadas no estudo e pesquisa histórica desta região. O único requisito exigido é o preenchimento da ficha de inscrição e o pagamento da respectiva taxa, que é de Cr\$ 100,00. As despesas de viagem, alimentação e estadia correrão por conta dos congressistas, exceção feita aos conferencistas convidados, que serão considerados hóspedes de honra.

Aos participantes serão fornecidos diplomas, ao final do congresso. O encerramento será no dia 13 de dezembro, com um almoço de confraternização no "Refúgio", local ameno e ponto turístico de Blumenau, e os participantes serão brindados com produtos das indústrias blumenauenses. As informações poderão ser colhidas com a comissão organizadora, na Alameda Duque de Caxias, 64, caixa postal 425, Blumenau, SC.

Por ocasião do encerramento do congresso será feito o lançamento do livro de Victor Vicensi, "A História de Rio dos Cedros", e "A História de Blumenau", em quadrinhos, com texto de Osti e ilustração de Sérgio Bonson. Várias entidades públicas prestigiam o Iº Congresso de História do Vale do Itajaí, entre estas: Governo do Estado de Santa Catarina, Secretaria de Educação e Cultura de Blumenau, 4ª Coordenadoria de Ensino de Blumenau, as Prefeituras de Blumenau, Timbó, Rio dos Cedros, Rodeio e Nova Trento.



## A Falsa Estátua de Francisco Dias Velho

Edison Mueller

Foi assunto de reportagem (1) publicada há pouco tempo no jornal "O Estado", de Florianópolis, a necessidade de ser reparada uma velha injustiça: a inexistência em Florianópolis (à exceção de um pequeno obelisco) de logradouro público ou de monumento recordando o fundador da cidade, o sertanista Francisco Dias Velho. Manifestaram na oportunidade os ilustres entrevistados a opinião unânime de que a homenagem justa à sua memória seria a ereção de uma estátua ao denodado paulista que, no último quartel do século XVII, provavelmente em 1679, assentou as bases da povoação, depois cidade de Nossa Senhora do Desterro.

Mas, como é sabido, não foi conservado até os nossos tempos qualquer desenho com a fisionomia de Dias Velho; e, nessas circunstâncias, afirmaram dois dos dignos preopinantes, a solução seria fazer uma réplica da estátua do sertanista existente no Museu do Ipiranga.

A solução, como se vê, é muito simples, simples até demais; e por isso provoca inevitavelmente a seguinte pergunta:

Se não foi conservado qualquer retrato de Dias Velho, a sua estátua paulista foi feita à imagem de quem?

Silêncio total.

Este é, no entanto, um ponto importante da questão.

Como lhe era impossível realizar uma efígie verdadeira, é óbvio que o escultor fez uma *imagem fictícia* de Dias Velho.

Justifica-se e explica-se bem, no entanto, tal procedimento. Aliás, desde tempos recuados, demonstra-o bem a História das Artes Visuais, sempre mereceu plena aprovação o uso dêsse recurso artístico. Bastaria lembrar aqui, como prova suficiente disso, as imagens sacras, os ícones e os mosaicos com as efígies supositícias dos primitivos Santos, que embelezam os templos cristãos em todos os continentes; São Pedro, São João Batista, São Lucas, São Paulo, Santo Antônio Abade, os primitivos Papas etc.

Todas essas imagens foram criadas segundo uma diretriz simples e sensata: procurar caracterizar, de maneira harmônica e evidente, as qualidades físicas e psicológicas do retratado, mostrando-o sempre, convém assinalar o detalhe, com indumentária adequada, peculiar ao seu povo, à sua época e à sua atividade.

Chegamos assim ao *ponto essencial* da questão.

Embora em nosso país existissem desenhistas durante os séculos XVI e XVII, principal época da realização das expedições ao sertão brasileiro que seriam conhecidas como "bandeiras", não alcançaram os nossos dias retratos coevos daqueles homens intrépidos que delas participaram, os chamados "bandeirantes".



Em entrevista (2) concedida em 1972 ao jornal "O Estado de São Paulo", o Prof. Paulo Camilher Florençano, idôneo historiador e museólogo paulista, precisamente o organizador e ex-conservador do Museu "Casa do Bandeirante", lembrou o aparecimento da figura apresentada hoje, até em enciclopédias e manuais escolares, como sendo um *bandeirante*.

O retrato que se conhece atualmente do "bandeirante", disse, começou por um arquétipo criado em três estátuas de mármore executadas por afamado artista italiano, Luigi Brizzolara, que veio ao Brasil em 1921. Essas estátuas foram encomendadas para o Museu Paulista pelo polígrafo Afonso d'Escragnolle Taunay, seu reorganizador e diretor; e assim Antônio Raposo Tavares e Fernão Dias Pais, em escultura, estão no Museu do Ipiranga, e outra imagem, em mármore, de Fernão Dias, está no Parque Siqueira Campos, também na capital paulista. E prosseguiu:

"Vários outros artistas, como Amadeu Zani, Nicolau Rollo, H. van Emerlen e José Wasth Rodrigues inspiraram-se na concepção de Brizzolara e executaram esculturas e pinturas em todo o "hall", com escadaria monumental, do Museu Paulista, ornando-os com figuras de bandeirantes.

Brizzolara, não contando com elementos iconográficos que retratassem exatamente aqueles tipos de sertanistas paulistas, concebeu para eles a indumentária do *soldado europeu* dos séculos XVII e XVIII, ou seja, em outras palavras, a figura mais que conhecida do "mosqueteiro", divulgada pelo célebre romance de Alexandre Dumas, personificado por D'Artagnan, Athos, Porthos e Aramis. Isso serviu para que desenhistas, escultores, e pintores se apoiassem sempre nessa falsa idéia para, por meio de uma origem supositícia, fixarem um tipo marcial, como foi o caso de Belmonte, Júlio Guerra, Alfredo Oliani, Ricardo Cipichia e Victor Brecheret.

O bandeirante, importado dos quartéis da Itália, passou daí em diante a ser uma criatura vestida de gibão de couro, botas altas de cordovão (couro de cabra curtido) tipo "Mefistófoles de ópera", chapéu de abas largas e plumas, talabarte".

No entanto, assinala enfaticamente o Prof. Paulo Florençano, pelo que se lê em inventários, testamentos e outros documentos relativos àquela época,

"o sistema de marchar com os pés descalços teve ação persistente sobre os hábitos dos sertanistas. Eram os bandeirantes, "los paulistas y portugueses de São Pablo", conhecidos pelos castelhanos, conforme os documentos antigos e missivistas, pelo apelido de *los piés descalzos*".

O apôdo tem explicação fácil. Sabemos que os "bandeirantes" fizeram penetrações no sertão que, em alguns casos, atingiram milhares e milhares de quilômetros. É evidente que botas de cano alto, cobrindo até a coxa, não lhes permitiriam fazer caminhadas extensas, muito menos em



matas espessas como as que cobriam à época o Brasil. Aliás, qualquer pessoa que já se embrenhou dias seguidos pelas matas teve experiência de que o calçado, por mais resistente, sofre tais danos que se acaba rapidamente. A solução era portanto usar botas rasas ou simples sapatos, feitos de couro duro, ou caminhar descalço, de acôrdo com as posses ou a conveniência de cada um.

“É óbvio — acrescenta o museólogo paulista — que o chapéu de abas largas e emplumado jamais serviria para enfrentar o emaranhado de cipós, espinhos-trepadeiras, galhos etc., comuns mesmo na mais insignificante mata.

O tipo de indumentária usada pelo bandeirante seria aquele que muitos de nós ainda presenciemos — o usado pelo nosso tropeiro: calças justas de algodão grosso (algumas vêzes curtas como “bermudas”); pano com duas tiras de couro amarrado na cabeça para a sua proteção. (...) Deve-se acrescentar (...) o gibão acolchoado (escupil). Quanto às armas: a escopeta, o arcabuz, a espada e, principalmente, o facão, destinado a abrir picadas”.

Opinião idêntica defende também nas suas obras o conhecido historiador da nossa Fase Colonial, Sérgio Buarque de Hollanda, semelhante aliás à opinião esposada em 1920 (isto é, bem antes de nascer o falso “bandeirante) pelo nosso infatigável pesquisador, Lucas Alexandre Boiteux, na sua apreciada “Pequena História Catarinense”.

A imagem *real* do “bandeirante”, descrita pelo Prof. Paulo Florençano, surge também, muito nítida, da nunca assaz louvada obra “Vida e Morte do Bandeirante”, de José de Alcântara Machado, perfeita e verdadeira reconstituição histórica de uma época, carinhosamente exumada das páginas de centenas de esquecidos inventários e testamentos processados de 1578 a 1700 no 1º Cartório de Órfãos de São Paulo.

Como Alcântara Machado demonstrou bem, até a situação econômico-financeira do “bandeirante” típico nega veracidade à figura que Luigi Brizzolara lhe atribuiu, já suficientemente negada pelos fatos antes aqui expostos.

Vale acrescentar, aliás, que mesmo os nomes *bandeira* e *bandeirante* não correspondem, no rigor histórico, e por isso nem deveriam ser aplicados, às expedições ao sertão brasileiro feitas sobretudo nos séculos XVI e XVII e aos destemidos homens que delas participaram, embora venham sendo usadas há muitos lustros com tais significados.

Alcântara Machado, um brioso “paulista de quatrocentos anos”, afirmou de modo franco e concludente:

*Bandeira* e *Bandeirante* são palavras que não aparecem, com o sentido que hoje em dia lhes emprestamos, nos inventários divulgados [i. é, nos inventários processados de 1578 a 1700 no 1º Cartório de Órfãos de São Paulo]. Só em 1726 um documento do padre João Gomes, superior da missão jesuíta de Paranaguá, menciona o fato do povoador de Laguna [o capitão Domingos de Brito Peixoto] ter des-



pedido uma bandeira com trinta pessoas, cujo cabo é João de Magalhães, a povoar o Rio Grande.

Nada denuncia também que em São Paulo tenham adquirido foros de cidade as palavras *maloca* e *maloquero*, de cunho nitidamente crioulo, com que os hispano-americanos designavam respectivamente a expedição e o expedicionário.

À incursão os documentos paulistas do tempo chamam *entrada*, *jornada*, *viagem*, *companhia*, *descobrimento*, e, mais raramente, *frota*. Para individualizá-la nomeiam o organizador ou cabeça: entrada de Domingos Rodrigues de Paraupava, entrada de Macedo, entrada que fez Belchior Carneiro, entrada adonde vai Lázaro da Costa, entrada que vai fazer por mandado de Diogo de Quadros, viagem de Diogo Fernandes, viagem que Simão Álvares fez ao Caeté, jornada, companhia, guerra, de Nicolau Barreto. Ou então o lugar do destino: viagem de Itaquí, entrada do rio Guaibi, viagem aos Amboupuras.

*Guerra* é o termo empregado, quando o autorizam o porte e o caráter mais ou menos oficial do empreendimento: guerra de Jerônimo Leitão, guerra da Parnaíba, guerra a que ora vamos com o sr. João Ferreira de Souza capitão.

Os que participam da empresa não têm denominação especial. *Soldados dêste arraial* é a expressão feliz que só uma ou duas vezes aparece. Em regra, vão todos englobados numa palavra genérica: *homens*, *gente* ou *companhia*". (3)

A imagem do "bandeirante" é assim duplamente falsa e, por conseqüência lógica, repugna à verdade histórica.

Calcada no arquétipo criado por Luigi Brizzolara, a estátua de Francisco Dias Velho no Museu Paulista, obra de Nicolau Rollo (autor também das estátuas de Francisco de Brito Peixoto, Manoel de Borba Gato e Manoel Prêto), sequer é uma imagem supositícia. Falta-lhe o requisito básico: a busca de verossimilhança, o respeito mínimo à indumentária contemporânea ao ambiente e à época do retratado.

Aceitá-la seria a mesma coisa que aprovar como adequada uma estátua de São Pedro de bicicleta, São João Batista de óculos escuros ou São Paulo com um radiozinho de pilha na mão.

Mesmo o aspecto físico do sertanista na estátua parece inverossímil, ao mostrar a figura cansada de um octogenário. Francisco Dias Velho, porém, não chegou a atingir idade tão avançada.

Verifica-se, através do inventário do seu pai (4), processado em 1645, que o "capitão-mor povoador da Ilha de Santa Catarina" (na expressão de Pedro Taques) nasceu em São Paulo provavelmente (5) em 1622. Por conseguinte, em 1679, quando em companhia de Manuel da Costa Duarte partiu de Santos/São Vicente com destino a Santa Catarina, com "todo o necessário para a povoação e forte que pretendem fazer",



como diz um documento da época (6), estava com 57 anos. Segue-se daí que, quando foi morto, em meados de 1689, o sertanista tinha 67 anos, aproximadamente. (7)

Na opinião dos idôneos historiadores brasileiros aqui citados, idêntica ao modo de ver de outros honestos pesquisadores da nossa História, que poderiam ser mencionados, se necessário, a homenagem justa ao desbravador e fundador de cidades é promover a substituição da imagem falsa do soldado europeu pela figura do sertanista paulista genuíno.

Assim deveria ser também, por conseguinte, a estátua de Francisco Dias Velho.

Talvez uma imagem menos imponente e marcial do que a figura extravagante do "bandeirante" da dupla Brizzolara--Rollo. Indubitavelmente, no entanto, uma figura digna e coerente, um efigie verossímil, enfim.

"Pas de documents, pas d'Histoire", cito de memória o preceito de um grande mestre francês. Com documentos na mão, idôneos historiadores brasileiros provaram que a divulgada imagem do "bandeirante" é falsa e deve por isso ser abandonada.

Não há razão maior que possa obrigar-nos a perpetuar contra-fações.

A estátua de um vulto histórico e cuja ereção é iniciativa de um Instituto Histórico deve necessariamente respeitar a verdade histórica. A frase parece talvez uma verdade à La Palisse, com tempêro de Prudhomme. Mas, sem mácula ao próprio conceito, o assunto não pode ser resolvido de outro modo.

## NOTAS:

- 1 — "Dias Velho: o esquecido fundador da cidade", por Bonifácio Bertoldi; jornal "O Estado", Florianópolis, ed. 25/5/75, caderno II, pág. 1.
- 2 — "O bandeirante falso, o bandeirante real"; jornal "O Estado de São Paulo", São Paulo, ed. 25/06/72, pág. 43.
- 3 — Alcântara Machado, "Vida e morte do bandeirante"; Livraria Martins Editôra S. A., São Paulo, edição de 1953, páginas 248/249.
- 4 — "Inventários e Testamentos", edição do Arquivo Público do Estado de São Paulo (onde se conservam os autos do inventário), volume XIV, pág. 371ss.
- 5 — Carlos da Silveira, "Descendência de Francisco Dias Velho"; in "Revista do Arquivo Municipal", São Paulo, nº 96, maio-junho de 1944, pág. 71 ss.
- 6 — Carta de 22 de outubro de 1679 do Governador do Paraguai, d. Felipe Rexe Corbalan, ao de Buenos Aires, d. José de Garro, *apud* Francisco de Assis Carvalho Franco, "Dicionário de Bandeirantes e Sertanistas do Brasil", edição da Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo, São Paulo, 1953, página 424, 224/225, 139 etc..
- 7 — Pedro Taques diz que Francisco Dias Velho morreu em 1692, data que não pode ser aceita, uma vez que o inventário do falecido iniciou-se em São Paulo no dia 2 de novembro de 1689, o que é de fácil verificação, dada a existência dos autos no Arquivo Público do Estado de São Paulo, bem como cópia divulgada na utilíssima coleção "Inventários e Testamentos" (vols. XX e XXI).



# FRANCISCO FRANKENBERGER

## Relíquias Históricas

Victor Lucas

A história da humanidade assemelha-se a um museu de relíquias, materiais e espirituais. Há objetos que dizem mais que palavras. Decifrá-los é obra dos cientistas. Os outros, espirituais, são objeto de estudos por parte de historiadores. Vou hoje ocupar-me com um dos últimos, pois, para grande satisfação minha, chegou às minhas mãos um documentário, em forma de diário, escrito à mão, em letra gótica alemã, que traz na capa, já um tanto encardida pelo tempo, a inscrição "*TAGE-BUCH*" — *Francisco Frankenger — Blumenau, 1891*", abrangendo anotações que se referem desse ano até dezembro de 1900.

É uma época assaz movimentada no cenário político nacional e que desembocou na revolução de 1893 que por sua vez, marcou o divisor de águas de dois movimentos: o dos federalistas, republicanos, à frente o Marechal Floriano; e dos saudosistas, os inconformados ou áulicos do velho Imperador, D. Pedro II, à frente Saraiva, homem de proa do velho regime deposto. Este documentário, único no gênero, faz parte hoje do meu arquivo como um dos mais preciosos repositórios históricos e que abrange dez anos de vivência no sertão do Alto Vale do Itajaí, atual Município de Rio do Sul, lugar onde se abriu, no ano de 1892, a primeira brecha numa espessa floresta que cobria toda esta vasta região, apenas cortada por um estreito picadão, aberto, no ano de 1867, pelo agrimensor Emilio Odebrecht, ligando Blumenau ao Campo. Esta brecha marca o início da colonização do atual Município de Rio do Sul e teve, como colono-pioneiro, Augusto Zirbel, que se fixara, naquele ano, às margens do braço do Sul, nas imediações da atual Albertina. É, portanto, uma data histórica, hoje plenamente documentada por Francisco Frankenger, que veio, com o seu diário, confirmar o que Hermann Heuser, filho de Jacob Heuser, o segundo pioneiro a fixar-se ao lado de Augusto Zirbel, no ano de 1893, verbalmente me legara.

Este diário dá aos seus demais depoimentos, por mim registrados num trabalho à parte, pronto para entrar no prelo, onde abordo, em profundidade, todo o movimento colonizatório relacionado com o Alto Vale do Itajaí, com inegáveis reflexos sobre Blumenau e sobre o próprio Estado de Santa Catarina, um cunho de autenticidade incontestável. Tudo o mais que se tenha dito e se possa dizer não passa de fantasia que não encontra respaldo, nem confirmação, em registros comprobatórios, como os encontramos no diário de Francisco Frankenger. E se, por acaso, existirem, que venham a lume, pois historiar é nada mais que comprovar, revelando o que existe de verdadeiro para ser revelado. Não fosse assim, a história passaria a ser uma estória, sem autenticidade, sem maior credibilidade, sem qualquer valor, enfim. O que Francisco Frankenger nos revela são dez anos de registros diários, escritos numa letra tão minúscula, que exige,



em muitos casos, uma lente para se poder decifrar os seus depoimentos, legíveis somente para aqueles versados em alemão na escrita gótica. Como tive a grande felicidade de iniciar as minhas primeiras letras em gótico, como brasileiro da terceira geração, forneceu-me este diário oportunidade de renovar meus conhecimentos, abrindo-me, desta forma, novos horizontes no deslindar segredos e na exata interpretação das ocorrências no campo político, social e econômico desta vasta região catarinense.

Francisco Frankenberger inicia o seu diário com as palavras "In Nomini Domini", que nos revela, de entrada, a sua personalidade como fervoroso adepto da igreja católica.

O seu primeiro registro, ainda em Blumenau, diz: "Outubro 1891 — tempo agradável — O senhor Schoenfelder viajou para São Bento." Seu último registro, já em Matador, no atual Município de Rio do Sul, assinala: "1900 - Dezembro, 31 — Tempo nublado, depois céu claro e muito agradável — Josefina com febre."

Estes apontamentos, de cunho pessoal e familiar, estão entremeados de registros significativos, espelhando homens e acontecimentos, em frases curtas, sem floreios ou esbanjamentos verbais. Trata-se, portanto, de um documento sóbrio, de grande valor histórico.

Francisco Frankenberger apresenta, quase no fim, numa página que se destaca das demais, os seguintes dados biográficos: "Quando aqui cheguei, no dia 5 de janeiro de 1890, possuía cerca de 30 marcos em dinheiro, mais uma carta de crédito de 2.000 marcos contra o senhor Bauer, de Brusque, que, porém, não a aceitou, quando então me foi paga pelo financista Konder, em Itajaí, a importância de Rs. 1:016\$000. Desta importância emprestei ao senhor Carlos Craemer, contra Nota Promissória, Rs. 500\$000, para início do seu negócio em Brusque. Rs. 200\$000 emprestei ao senhor Weege, contra Nota Promissória. Rs. 20\$000 eu dei a H. Sch. Ao Bauer ainda entreguei 8 Libras ingl. e 10 marcos al. para crédito em minha conta-corrente: Rs. 50\$000 para o cavalo; Rs. 30\$000 para a sela e outros gastos em viagem a Joinville, em junho de 1890 (etc.)."

Era, pois, Francisco Frankenberger um homem de posses, o que lhe trouxe amplos relacionamentos em Blumenau, como, por exemplo, com o Dr. Engelke e com o Padre José Maria Jacobs. Existe ainda outra página que nos dá conta do espírito de Francisco Frankenberger. No ano de 1891, quando se encontrava ainda em Blumenau, fez os seguintes registros: "No dia 3 de janeiro recebi, sob encomenda, por intermédio do H. H. Padre José Maria Jacobs, quase todos os números do Mensageiro (Sendboten) do Coração de Jesus, encadernados, e 1 exemplar encadernado pelo pregador ambulante católico. Estes cadernos custaram englobadamente Rs. 45\$000. Em vista disso renovei a assinatura do Mensageiro. Hoje, dia 2 de março de 1892, recebi pelo banco brasileiro-alemão, no Rio, o comprovante pelo recebimento de 2.000 marcos, os quais me foram creditados ao câmbio de Rs. \$960, sem juros, no montante de Rs. 1:920\$000. Outras 8 Libras Esterlinas o senhor Dr. Engelke mandou creditar, por



intermédio do senhor Lohn, no mesmo banco no Rio, que foram convertidos ao câmbio de Rs. 20\$400, num total de Rs. 163\$200. Hoje, dia 20 de março de 1892, o senhor Carl Joseph Weege devolveu os Rs. 200\$000 emprestados. Da importância de Rs. 1:920\$000 e das 8 Libras Esterlinas, eu paguei como sinal, Rs. 2:000\$000 pelo terreno adquirido pelos padres franciscanos do senhor Schmitz, dia 25 de março de 1892. Esta importância me foi devolvida no dia 2 de novembro de 1895."

Estes registros, por terem sido feitos em datas posteriores, revelam o cuidado com que Francisco Frankenger conservou para a história certos fatos que, de outra forma, cairiam no esquecimento. Estas terras, adquiridas com o dinheiro de Francisco Frankenger pelos padres franciscanos, tendo como vigário paroquial o célebre padre J. M. Jacobs, J. S., dariam, posteriormente motivo para sérios aborrecimentos para o mesmo padre J. M. Jacobs.

Para curiosidade dos aficionados, darei a seguir alguns apontamentos feitos cronologicamente, num dia a dia, sem falhas, dados que falam por si:

Ano: 1891 — Dezembro

Dia 16 — 4<sup>a</sup> feira — tempo bonito — Estive na casa de H. Engelke. H. Reuter voltou de Destêrro com 37 cavalos.

Dia 17 — 5<sup>a</sup> feira — tempo bom — Estive na casa do chefe para falar sobre a terra de Lontras.

Dia 18 — 6<sup>a</sup> feira — agradável — O senhor padre J. M. Jacobs voltou de Aquidaban. Hoje termina o prazo do processo contra ele, no Tribunal. Nada se sabe ainda do fim desta questão.

Dia 20 — Domingo — agradável — Estive na casa de R. Danker para falar do lote de Lontras. Um italiano me deixa nervoso.

Dia 22 — 3<sup>a</sup> feira — vento/trov. — Chegam notícias que o padre Jacobs deverá ser preso. O milho baixou de Rs. 7\$000 para 6\$200. É muito sêco. Sempre tem cara de chuva, mas não chove.

Dia 24 — 5<sup>a</sup> feira — chuvas — À tarde estive no Jennerich. Em Itajahy e Destêrro as coisas não estão boas.

Dia 28 — 2<sup>a</sup> feira — muito bonito — Estive no Jennerich. Viajei hoje com o padre Jacobs para a estrada pomerana (Pommerstrasse). Grande agitação. O Governador destituiu Mueller [Dr. Fritz Mueller]. Posto em movimento pelo Cunha e o chefe, acabou em nada. [A causa é ilegível].

Dia 30 — 4<sup>a</sup> feira — nublado — Pelo fim do ano grande briga entre milicianos e civis no Hotel Holetz. Houve três pessoas gravemente feridas.

Francisco Frankenger, após muito trabalho e insistência, consegue finalmente adquirir o almejado lote de terra em Lontras, hoje Matador, no atual Município de Rio do Sul. A sua mudança para Matador



dá-se no dia 2 de Setembro de 1892 — dia da fundação de Blumenau — numa 6ª feira, com um céu bonito e azul, conforme assinala em seu diário, onde, sob este aspecto, podemos ler:

Ano: 1892 — Setembro

Dia 2 — 6ª feira — Muito bonito — Cheguei em Lontras com saúde e bem disposto.

Dia 3 — Sábado — Muito bonito — Fui a Rio do Sul com G. Th. Spiesen.

Dia 4 — Domingo — Nublado — Fui fazer medição com o agrimensor Horn.

Dia 5 — 2ª feira — Nublado — De volta, com a canoa, caçamos, em viagem, anta, mas sem resultado.

Dia 7 — 4ª — Nublado — Trabalhei a primeira vez na minha colônia.

G. Th. Spiesen e R. Danker iniciam com Frankenberger, ao lado de Zirbel e Heuser, estes já em Rio do Sul, o segundo ciclo colonizatório do Alto Vale do Itajaí, dois anos após, portanto, de Basílio Correa de Negredo ter assumido a balsa, em seguimento aos trágicos acontecimentos do ano de 1885, que resultaram na fuga, em plena noite, dos colonos italianos, de Riachuelo e Lontras. Depois de assediados durante dias, foram eles atacados pelos índios, ocasião em que foram mortos, a flecha e cajadadas, o colono Ceratti e seu filho menor, de 16 anos, e destruídas, pelo fogo, todas as casas e ranchos dos colonos lá remanescentes, e morta toda a criação, desde as galinhas até as vacas leiteiras. O pelotão de socorro, que se formara em seguida, em Blumenau, de 60 homens armados, ao chegar no lugar da tragédia nada mais encontrou do que os cadáveres, completamente despidos, além das cinzas e das ossadas dos animais abatidos e devorados pelos selvagens.

O legado de Frankenberger representa dez anos de anotações, diárias e meticulosas, hoje de inestimável valor para os estudiosos da nossa história regional. São dados que, de alguma forma, representam uma fonte preciosa de fatos e acontecimentos ligados à conquista do Vale do Itajaí pelo homem do campo, da terra, num desafio descontraído, num labor diuturno, sem esmorecimento, repleto de renúncias, de vitórias e de derrotas, onde a alegria e as lágrimas se revesavam e a esperança era o único lenitivo para os corações aflitos. Contar esta epopéia será o fim destas minhas anotações, destas minhas elucubrações, que, um dia, falarão aos pósteros o que foi a vida dos poucos e a quem devemos tanto.

Dedico esta pequena crônica aos herdeiros de Francisco Frankenberger e em memória ao último, a quem tanto devemos.

---

BLUMENAU EM CADERNOS é composto e impresso nas Oficinas da  
Fundação "CASA DR. BLUMENAU"

---



# Geoecologia Atmosférica

A. SEIXAS NETTO

(*Continuação do número anterior*)

Capítulo Décimo Quinto: — DESPEJOS NA ATMOSFERA DA TERRA E DISTORÇÕES TECNOLÓGICAS DA ATMOSFERA.

Convém distinguir, — porque, apressadamente, ou por falta de conhecimento, usam o vocábulo POLUIÇÃO generalizadamente, fazendo com esse engano proposital engôdo rendoso talvez —, POLUIÇÃO DA ATMOSFERA E DESPEJO NA ATMOSFERA. Só polui o elemento capaz de se combinar com o ar atmosférico, sendo só possível sua separação posterior por reações químicas completas e diversas para cada caso. Assim, há, em realidade, uma mínima e pouco apreciável poluição na Atmosfera. O que ocorre, todavia, é que a Tecnocologia está fazendo despejo residual na Atmosfera, tornando-a verdadeiro depósito de lixo gazeoso, químico e de partículas sólidas passíveis de separação do ar por simples filtragem ou por processo natural-geometeoro. E o lixo na Atmosfera, — na Pneumofera, melhor dito —, em certas áreas delimitáveis chega já a 1,5 % do meio aéreo, em dados instantes. Com esta posição, torna-se possível elaborar processos de limpeza do meio aéreo. Atmosfera poluída não será passível tão facilmente de limpeza. A poluição seria a morte da Vida na Atmosfera ou em determinadas condições geratriz de monstros. É preciso, pois, definir isto para não permanecer em perspectiva errada, ou de má fé. Mas as modificações operadas no meio aéreo ecológico pela Tecnocologia parte, por exemplo, de exploração da natureza: O futuro lago formado pela represa hidro-elétrica de Itaipú, terá 1.400 quilômetros quadrados, formando, assim, um imenso espelho refletor no Rio Paraná, eliminando para sempre as Cataratas do Iguaçú. A diferença é que as cataratas lançavam moléculas pulverizadas de água na proporção de 1 milhão de toneladas por hora na Atmosfera, mantendo-a umedecida e quente. Com o espelho de água represada, ocorrerá processo diferente: A superfície será simplesmente fria e seca. As florestas em derredor sofrerão grandes modificações, inclusive sobre a vida animal. Outro caso é, por exemplo, o descongelamento dos Andes por função do esquentamento da alta Atmosfera. Esse descongelamento é com certa instantaneidade, formando derramamento de ar frio, originando um estranho fenômeno de congelador sobre a América do Sul, entre os 20º a 50º e ocorre a cada 11 meses. (O efeito de congelador ocorrido neste ano de 1975 foi brutal e chegou a produzir gelos sobre o médio planalto sul brasileiro). O problema do esquentamento da Atmosfera superior é estudado em nosso ensaio DISTORÇÕES TECNOLÓGICAS DA PNEUMOSFERA.

O despejo de 300 milhões de toneladas anuais, atualmente, de Menóxido de Carbono na Pneumofera é até profundamente útil por-



que absolvido por fungos típicos de mofo e penicilium e produzem o enriquecimento dos materiais ativos do solo, aumentando-lhe a produtividade; todavia é bom não esquecer que o menóxido de carbono em lugar fechado e compactamente injetado é altamente venenoso e destruidor. Quanto às proporções de óxidos nítricos e dióxidos de nitrogênio, sua produção dentro da Atmosfera, por parte da Natureza planetária é 99 % do total, cabendo à produção do homem menos de 0,5 %, o que é desprezível. Assim, a Pneumosfera está praticamente pura. Mas o homem prossegue jogando lixo nos rios, oceanos e na Atmosfera mesma, não poluindo, é certo, mas empestando, o que permite classificar o ser humano como o mais porco dos animais porcos. Não há pois que temer destruições ecológicas. É preciso cuidar para que a ecologia não se torne um comércio sórdido. Não passa de [ninharia cuidar de ecologias micro-regionais que nada pode em relação ao conjunto. Tem-se mesmo é que enfrentar a realidade das Grandes Florestas Continentais e não deixar que se tornem lixeiras da humanidade. As distorções tecnológicas da Atmosfera estão sendo feita em larga escala mas dentro das camadas superiores à Atmosfera, como a Eletrosfera e a Anti-Pneumosfera.

(*Continua no próximo número*)

## **A Ação Colonizadora de Luiz Bertoli**

por WALTER F. PIAZZA

Tendo a correr-lhe nas veias o sangue daqueles audazes italianos que se aventuraram a enfrentar a floresta tropical brasileira, Luiz Bertoli (sênior) desenvolveu uma ação colonizadora que precisa ser conhecida, para bem avaliada.

Nasceu ele em Timbó, S.C., a 21 de fevereiro de 1879 (1).

O seu pai era ferreiro.

Ficou órfão de pai e mãe em tenra idade.

Àprende o ofício paterno na ferraria de João Longo, na então povoação de Encruzilhada, depois denominada Arrozeira, hoje sede municipal de Rio dos Cedros.

Em 1899 casou-se com Margarida Lenzi, de cujo matrimônio teve inúmeros filhos.

Casado, estabeleceu-se em Rodeio, S. C., com ferraria, mas adoecendo teve que procurar melhor clima para sua saúde. Foi, então para Lages, tratar-se com o Dr. César Sartori, que o curou.

Passou, em seguida, cerca de dois anos, a viver como tropeiro.

Logo, no entanto, voltou à paisagem do Vale do Itajaí. Retornou a Rodeio como caixeiro da Sociedade Cooperativa São José, na localidade de São Virgílio, assumindo, depois, a gerência da organização.

Situa-se, a seguir, por conta própria, em Santo Antônio, ainda no então distrito de Rodeio.

(1) A maioria dos dados de caráter particular foram obtidos com o Dr. Orlando Bertoli, neto do pioneiro, a quem agradecemos.



Em 1912, sente à problemática da necessidade de novas áreas agriculturáveis para os excedentes populacionais das antigas áreas de colonização italiana do Vale do Itajaí e, com alguns companheiros, explorou o vale do rio Itajaí d'Oeste, fundando na confluência do rio das Pombas o povoado, que deu origem à atual sede municipal de Rio d'Oeste, onde fixou residência com sua família, em 1917.

Cansado pelas lutas e trabalheiras, em 1952, fixou residência na Praia de Camboriú, onde faleceu a 24 de junho de 1961.

A análise da sua obra pioneira é feita, neste instante, a partir dos documentos da Comissão Revisora das concessões de terras que recebera do Estado de Santa Catarina, e que por força da Revolução de 1930 tentou anulá-las (1).

Vejamos, pois, quais os trabalhos prestados por Luiz Bertoli (sênior) ao Estado de Santa Catarina, no setor de colonização.

Efetivamente a obra colonizadora de Luiz Bertoli (sênior) tem início quando, a 23 de novembro de 1920, assina com o Governo do Estado de Santa Catarina — sob a égide do Governador Hercílio Luz — o contrato pelo qual se compromete a construir uma estrada de rodagem do rio das Pombas, desde a sua barra, até a estrada geral em Pouso Redondo, numa extensão de 20 km. e 200 metros, pagando-lhe o Governo Estadual 6:000\$000 rs. por quilômetro, sendo 1/3 em dívidas coloniais, 1/3 em moeda corrente e 1/3 em terras devolutas, a razão de 5\$000 rs. o hectare, obrigando-se Luiz Bertoli (sênior) a colonizar, dentro de dez anos, as aludidas terras.

Pela cláusula 9ª do referido contrato as terras eram “entre o travessão das terras de Paulo Zimmermann e Carlos Napoleão Poeta, compreendidas na margem esquerda do rio Itajaí do Sul, e a divisa das águas do rio Trombudo até a Serra Geral, e na falta destas, onde as houver no mesmo “município”, e, a concessão é melhor definida, ainda, no edital de 30 de julho de 1921, onde se lê: “situadas entre terras de Paulo Zimmermann e Carlos Napoleão Poeta, compreendidas na margem esquerda do Rio do Sul, terras de Francisco Reuter e a divisa das águas do rio Trombudo até a Serra Geral”.

Feitas as demarcações coube a Luiz Bertoli (sênior), face ao aludido contrato, três glebas:

62 — com 66.212.568 m<sup>2</sup>, titulada a 16/02/1925

62 A — com 1.421.092 m<sup>2</sup>, titulada a 30/11/1922

62 B — com 1.040.614 m<sup>2</sup>, titulada a 21/01/1924.

Como se vê, recebeu, inicialmente, pequenas parcelas, para, em seguida, ter melhor porção.

A gleba 62 estava situada na região do rio Mosquito, no Vale do rio Itajaí do Sul.

A gleba 62 A o estava à margem direita do rio Itajaí d'Oeste e dela fez Luiz Bertoli (sênior) uma invernada, e a 62 B o era na margem esquerda do aludido rio.

É, em função da gleba 62 que tem início os seus trabalhos de colonizador e o faz na região de Salto Grande (hoje Ituporanga), e então pertencente ao município de Bom Retiro, e cujas principais áreas foram subdivididas da seguinte forma:

(1) ARQUIVO do Instituto de Reforma Agrária do Estado de Santa Catarina (IRASC), Florianópolis, 5 v.



## Linha Dona Matilde

Áreas (m 2)	Nº de lotes distribuídos	%
150.001 a 160.000	1	9,09
160.001 a 170.000	1	9,09
170.001 a 180.000	1	9,09
180.001 a 190.000	—	—
190.001 a 200.000	1	9,09
200.001 a 210.000	—	—
210.001 a 220.000	1	9,09
220.001 a 230.000	—	—
230.001 a 240.000	—	—
240.001 a 250.000	—	—
250.001 a 260.000	1	9,09
260.001 a 270.000	—	—
270.001 a 280.000	—	—
280.001 a 290.000	—	—
290.001 a 300.000	4	36,37
300.001 a 400.000	—	—
400.001 a 410.000	1	9,09
<b>T O T A L</b>	<b>11</b>	<b>100 %</b>

## Ribeirão das Pedras

Áreas (m 2)	Nº de lotes distribuídos	%
menos de 100.000	2	16,62
100.001 a 150.000	—	—
150.001 a 160.000	1	8,34
160.001 a 170.000	—	—
170.001 a 180.000	—	—
180.001 a 190.000	1	8,34
190.001 a 200.000	3	25,00
200.001 a 210.000	—	—
210.001 a 220.000	—	—
220.001 a 230.000	—	—
230.001 a 240.000	1	8,34
240.001 a 250.000	1	8,34
250.001 a 260.000	—	—
260.001 a 270.000	—	—
270.001 a 280.000	1	8,34
280.001 a 290.000	1	8,34
290.001 a 300.000	—	—
300.001 a 310.000	1	8,34
<b>T O T A L</b>	<b>12</b>	<b>100 %</b>



## Linha Colonial Dona Luiza e fundos

Áreas ( m 2 )	Nº de lotes distribuídos	%
130.001 a 140.000	1	11,11
140.001 a 150.000	—	—
150.001 a 160.000	—	—
160.001 a 170.000	—	—
170.001 a 180.000	—	—
180.001 a 190.000	1	11,11
190.001 a 200.000	—	—
200.001 a 210.000	1	11,11
220.001 a 230.000	—	—
230.001 a 240.000	—	—
240.001 a 250.000	—	—
250.001 a 260.000	—	—
260.001 a 270.000	—	—
270.001 a 280.000	—	—
280.001 a 290.000	1	11,11
290.001 a 300.000	2	22,23
300.001 a 310.000	1	11,11
310.001 a 320.000	—	—
320.001 a 330.000	—	—
330.001 a 340.000	—	—
340.001 a 350.000	1	11,11
350.001 a 360.000	—	—
360.001 a 370.000	—	—
370.001 a 380.000	—	—
380.001 a 390.000	—	—
390.001 a 400.000	—	—
400.001 a 410.000	—	—
410.001 a 420.000	1	11,11
<b>T O T A L</b>	<b>9</b>	<b>100%</b>

— Dos 66.610.000 m<sup>2</sup>, da gleba 62, localizada no vale do rio Mosquito, tributário do rio Itajaí do Sul, em 1935, a situação podia ser, desta forma, resumida:

escrituradas aos colonos	— 31.161.568 m <sup>2</sup>
a escriturar	— 35.557.308 m <sup>2</sup>
a colonizar	— 2.337.140 m <sup>2</sup>

Ora, como se vê, aí há um acrescentamento à gleba original que o Governo do Estado concedera a Luiz Bertoli (sênior), em pagamento dos seus serviços.



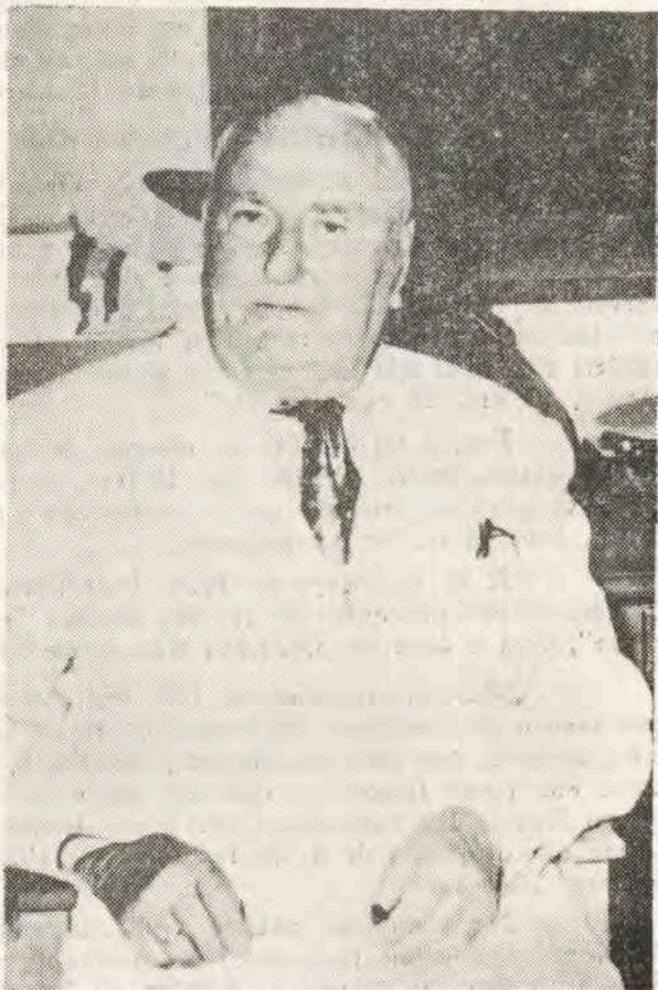
Procede-se, a 3 de janeiro de 1921, o segundo contrato entre Luiz Bertoli (sênior) e o Governo do Estado, sendo, desta vez, objeto do convencionado, a construção de caminhos vicinais, acompanhando os cursos do ribeirão Café, com 6 km., do ribeirão Eva, com 8 km., do ribeirão Fruteira, com 6 km., do ribeirão Toca Grande, com 10 km., do ribeirão Grande, com 10 km., e do ribeirão Pequeno, com 6 km., totalizando 46 km., e todos tributários do Rio d'Oeste, ao preço de 3\$000 rs. por metro corrente, sendo o pagamento 1/3 em moeda corrente, 1/3 em dívidas coloniais e 1/3 em terras devolutas, estas a 5\$000 rs. o hectare, sendo, também, de dez (10) anos o prazo de colonização, a contar da data da expedição dos títulos definitivos.

Pela cláusula 8ª deste termo contratual as terras a colonizar seriam no então "Município de Blumenau, onde as houver, a razão de 5\$000 o hectare".

As estradas acima foram iniciadas, mas, outras eram necessárias e novo contrato se fez. Assim, a 8 de dezembro de 1922, contratou substituir as estradas de ribeirão Eva, com 8 km., e ribeirão Pequeno, com 6 km., ambos afluentes do Rio d'Oeste, por uma outra a ser construída do rio Mosquitinho, até a estrada geral, também de 14 km.

Neste interim construiu Luiz Bertoli (sênior) uma variante na estrada do rio das Pombas, com 2.125 m. de extensão, com dez bueiros e uma ponte, pedindo em pagamento um lote de terras de 30 hectares (que na medição apresentou-se com 343.275 m<sup>2</sup>), para erguer uma povoação, o que lhe foi concedido a 26 de maio de 1923, pelo Governador em exercício, Antonio Pereira Oliveira, e que lhe foi titulado a 1/o2/1924.

Para pagamento das estradas construídas, face ao contrato de 3 de janeiro de 1921, requereu fossem medidas no vale do ribeirão Grande, "de serra a serra, e onde mais houver, se ali a quantidade for insuficien-



LUÍZ BERTOLI pioneiro da Colonização Italiana no Vale do Itajaí



te". E, o Governador Hercílio Luz, por despacho de 13 de dezembro de 1922, deferiu o pedido assim: "Concedo licença para medir, desde já, no lugar indicado e onde mais houver".

E, ainda, em aditamento ao contrato de 3 de janeiro de 1921, celebrado a 2 de maio de 1924, em lugar de construir 10 km. de estradas no ribeirão Grande passou a ser 15 km. no rio Mosquitinho, ou mais precisamente do Perimbó aos Campos do Figueiredo, com 29 km.

Para justificar tal medida, foi dada esta informação:

"Na linha Ribeirão da Toca Grande existem 56 lotes, medidos por intermédio desta Agência (de Terras e Colonização, de Blumenau, e cujo agente era Caetano Deeke) e todos pagos ao Estado. É uma zona fertilíssima, mas sem estrada ainda. Os colonos ali alojados atualmente se servem de um picadão simples, feito por eles mesmo e somente transitável por cargueiros e isto só com bom tempo. É de uma importância extraordinária a construção do caminho dessa linha colonial que terá, mais ou menos, 15 km. de comprimento".

Era, a tal estrada do ribeirão Mosquitinho, "em continuação da que já existe, até o ribeirão das Pedras, na extensão de 15 km.," tinha inclusive obra de arte, da qual a maior era a ponte sobre o ribeirão Dona Luiza, com 14 m. de comprimento.

A 27 de março de 1924 Luiz Bertoli requer o título definitivo das terras das nascentes do rio das Cobras "no planalto da serra do Mirador", com a área de 3.823.961 m<sup>2</sup>., já medido, demarcado e pago.

Mas, em outubro de 1924 enfrentou uma reação de posseiros, o que teve a sua medição de terras no rio d'Oeste, iniciada a 23 daquele mês, sustada, por mais de um ano, mantendo, então, uma turma de 14 homens em plena floresta, o que lhe acarretou um prejuízo de alta monta, que o Estado lhe compensou com 5.000 hectares de terras colonizáveis, na forma do despacho de 4 de fevereiro de 1925, do Governador Antônio Pereira Oliveira.

Na audiência pública de 22 de outubro de 1923, constatam-se 54 moradores ilegais (posseiros) na área concedida pelo Governo do Estado a Luiz Bertoli, na região, a partir da "embocadura do ribeirão do Campo, visto que não existe marco divisório das terras concedidas a Vitor Gaertner, por não se achar até a presente data concluída a referida medição", e tais posseiros eram: Jesuíno Dorval da Silva, Antônio Moreira Paz, Sebastião Antônio de Oliveira, Honório Ferreira do Amaral, Jorge Valente Sobrinho, Vidal Pereira de Jesus, João Maria Pereira de Jesus, Eleodoro Alves de Moraes, Adélio Rocha, Cipriano Marafigo, Cirilo Francisco da Silva, Manoel Alves de Moraes, Urbano Alves de Moraes, Oscar Alves de Moraes, Eleutério Saldanha Varella, Antônio de Haro Varella, Joaquim José de Albuquerque, Artur Pereira da Silva, Antônio Felix Marcondes, Victorino Lopes Padilha, além de inúmeros outros.

Um ano depois, a 27 de outubro de 1924 fez-se uma audiência para término da medição das terras concedidas, com a presença do Dr. Luiz de Freitas Melro, Delegado de Polícia de Blumenau, e do Capitão João de Souza Cabral, Delegado especial de Bela-Aliança (hoje Rio do Sul), em



cuja jurisdição se localizava a área em demarcação. Estavam presentes, também, os posseiros, ocasião em que foram discutidas propostas de Luiz Bertoli e dos posseiros sem resultado imediato algum, ficando, entretanto, esclarecido, que o embargo das medições só prejudicaria ao Governo do Estado e com isto não concordariam as autoridades.

Em 1929 construiu a estrada do Alto Benedito do Capivari, com 14 km. de extensão, contendo uma ponte de 30 metros de vão, de 4 metros de altura, com encontros de alvenaria de pedra e cimento, além de um pontilhão, sete muros de arrimo, 18 bueiros de pedra com paredões de alvenaria e 15 bueiros de pedra sem paredões, montando tudo em Rs..... 150:150\$000, cujo pagamento lhe foi deferido pelo Presidente do Estado, Dr. Adolfo Konder, a 8 de fevereiro de 1930.

Desses trabalhos resultaram as seguintes concessões de terras:

Gleba E — 455.771 m<sup>2</sup>, titulada em 12/04/1924, no lugar Mosquitinho.

Gleba F — 247.129 m<sup>2</sup>, titulada em 15/05/1924, também no lugar Mosquinho.

Gleba G — 374.546 m<sup>2</sup>, titulada em 15/05/1924, também no lugar Mosquitinho.

Gleba H — 2.828.279 m<sup>2</sup>, titulada em 15/05/1924, também no lugar Mosquitinho.

Gleba D — 3.823.961 m<sup>2</sup>, titulada em 10/02/1924, que não nos foi possível identificar e localizar.

Gleba I — 267.370.000 m<sup>2</sup>, titulada em 16/02/1925, no rio Itajai d'Oeste e que se vai converter no cerne da colonização efetuada por Luiz Bertoli (sênior).

Com a Revolução de 1930 Luiz Bertoli (sênior) que trabalhara pelo progresso do seu Estado, sob a égide da "República Velha", vê-se cerceado, constrangedoramente, pela "Nova Ordem". É feita uma revisão das concessões que obtivera.

Daí ressaltam alguns dados, como os que seguem:

No levantamento ordenado pelo Interventor Luiz Carlos Moraes, apurou-se que Luiz Bertoli (sênior) havia dispendido Rs. 307:131\$700 com as construções que efetuara para o Estado de Santa Catarina, a saber:

Estrada Rio das Pombas	—	80:800\$000
Estrada rios Fruteira e Café	—	24:000\$000
Ponte s/rio Aterrado Torto	—	1:207\$800
Caminho do Mosquitinho	—	58:000\$000
Caminho da Toca Grande	—	23:480\$000
Excesso de preço	—	25:000\$000
Totalizando		212:487\$000

E a diferença entre os Rs. 212:487\$800 e 307:131\$700 era da feitura de outras obras menores não discriminadas. E, em pagamento recebera:



em terras devolutas	—	172:087\$800
em dívidas coloniais	—	40:400\$000
em moeda corrente	—	83:847\$280
em bonus	—	10:796\$620
Totalizando	—	307:131\$700

Em 1931 dizia, em documento de 20 de outubro, o próprio Luiz Bertoli (sênior):

“Nas zonas em que estão situados os referidos terrenos, sendo em grande parte fachinais, um lote de 30 hectares é insuficiente para sustentar uma família, mesmo pequena, e um criador precisa de áreas de 100, 200, 500 e 1.000 e mais hectares.

O próprio Governo do Estado reconheceu a veracidade desta afirmação, pois já no tempo do governo do inolvidável General Felipe Schmidt este concedeu todos os lotes do Rio Itajaí do Oeste e redondezas com a área de 60 hectares para cada lote conforme poderá ser confirmado pela Diretoria de Terras e Colonização.

Grande número de compradores vem de outros municípios (Criciúma, Tubarão, Urussanga, Araranguá, etc.) e alguns mesmo do Rio Grande do Sul.

E, adiante esclarece o seu processo de propaganda:

“Tem feito diversas viagens de propaganda pelo interior do Estado e ido por várias vezes ao quartel do 14º Batalhão de Caçadores em Florianópolis a distribuir folhetos de propaganda aos sorteados de todas as origens que se achavam em vésperas de receber baixa, propaganda essas que foram seguidas de um êxito muito feliz como o prova os 200 e poucos adquirentes de terras dos municípios de Criciúma e circunvizinhos”. A 29 de agosto de 1934 propõe-se a construir uma estrada de rodagem “das cabeceiras do ribeirão Grande, na serra do Mirador, falta para ligar a que vem de Pinhal até Rio da Prata” unindo, deste modo, à época, cinco (5) municípios: Rio do Sul, Dalbergia (hoje Ibirama), Ouro Verde (hoje Cainhas), Itaiópolis e Mafra”.

Em 1935, com relação à gleba de 267.370.000 m<sup>2</sup>, haviam sido:

escriturados	—	22.526.569 m <sup>2</sup>
contratados	—	40.425.998 m <sup>2</sup>
faltando pois, vender	—	204.427.433 m <sup>2</sup>

Há, sobre a Gleba de 267.270.000 m<sup>2</sup>, no rio Itajaí d'Oeste, este depoimento insuspeito (agosto de 1937):

“Sobre esta Gleba já tratada em parte nos dois relatórios anteriores, tem como linha mestra de colonização, o ribeirão Grande, em meio da qual fica mais ou menos situada a povoação do mesmo nome, para onde convergem os colonos das demais linhas secundárias, a fim de colocar seus produtos agrícolas.

(Continua no próximo número)



# O TRABALHO DOS FRANCISCANOS NA INTEGRAÇÃO DOS ITALIANOS EM SC

Oswaldo A. Furlan, OFM — Anna Tomelin, ICC

Aos colonizadores italianos do Vale do Itajaí, onde se fixaram desde 1875, e de todo o oeste catarinense, aonde imigraram, partindo do Rio Grande, desde o alvorecer deste século, os Franciscanos têm prestado, desde 1891, relevantes serviços, levando, quais bandeirantes e pioneiros, aos rincões italianos mais retirados o engrandecimento humano, cultural, social, hospitalar e evangélico, antecipando-se, por décadas, aos modernos recursos de estradas (não é senão hoje que o asfalto está chegando ao interior!), de locomoção (quanto lombo de burro não se terá esfolado!), de hospedagem (os irmãos mosquitos nem sempre trouxeram paz), de alimento (havia o jejum eucarístico das 24 horas), de vestimenta (o traje civil para o clero é conquista desta década).

Mal se podem imaginar os benefícios que os Frades prestaram aos italianos, durante 85 anos, nas 26 Paróquias que hoje dirigem e em outras tantas que fizeram florescer, em todo o Estado, nos seus pioneiros e quase centenários colégios de S. Antônio de Blumenau e Diocesano de Lajes, nos seus 4 seminários e nas missões populares que nunca cessaram de pregar.

Tamanho trabalho humanitário bem merece o destaque que quatro livros em preparo lhe estão dando: o de Alice Bértoli Arns, enfocando o trabalho franciscano em Laguna, Florianópolis, S. Francisco e Lajes; o de José E. Finardi, ressaltando os Franciscanos do Rodeio e Ascurra; outro sobre o Colégio S. Antônio, de Blumenau; e a pesquisa feita nos Livros de Tombo das principais paróquias franciscanas de todo o Estado, dirigida por Frei Luiz C. Bortolozzo.

Focalizaremos o trabalho dos Franciscanos prestado aos italianos através da pastoral paroquial, dos colégios e dos meios de comunicação social.

## 1. S. C. IMPORTANTE SEARA DA PROVÍNCIA FRANCISCANA

Os Franciscanos que por 85 anos trabalham em SC integram a Província Franciscana da Imaculada Conceição, que se estende do Espírito Santo e Mato Grosso a SC inclusive, que tem sua sede administrativa na capital paulista e que celebrou 300 anos de emancipação a 15 de julho último.

Integram uma Província que dirige 80 Paróquias e Conventos, a Editora VOZES — a "Editora do Ano" de 1971, segundo a Câmara Brasileira do Livro — Editora que sempre forneceu de livros religiosos, didáticos e culturais a todo o Estado barriga-verde, 6 colégios pioneiros e quase centenários, 7 seminários, e os Canarinhos de Petrópolis recém-classificados em 3º lugar no mundo e recém-apreciados pelo oeste catarinense.

Integram uma Província Franciscana, que é a 6ª mais numerosa do mundo, com 578 Religiosos, e que apresenta vultos de renome interna-



cional, como os Freis Constantino Koser, de Curitiba, reeleito Superior Geral dos 23 mil discípulos atuais de S. Francisco de Assis († 1226), Paulo Evaristo Arns, Cardeal de São Paulo e natural de Forquilha, além de uma equipe de escritores do Instituto Filosófico e Teológico de Petrópolis (RJ), constituída, em grande parte, de filhos de italianos catarinenses, como os Freis Leonardo Boff, Arcângelo Búzzi, Gamaliel Devigili, Clarêncio Neótti, Fábio Panini, Antônio Moser, Hipólito Martendal e Gentil Titon.

## 2. A SERVIÇO DOS ITALIANOS DE SC DESDE 1891

Foi por S. Francisco do Sul e pela Ilha de SC que entraram em terras catarinenses os primeiros Franciscanos, vindos de Espanha, Portugal ou de Paranaguá, desde 1538, tempo em que toda a expedição europeia se fazia acompanhar de Religiosos Franciscanos.

Foi por escassez de Religiosos que os Franciscanos se retiraram de SC em 1799, escassez que se agravou com as medidas anticlericais do Ministério de D. Pedro II, as quais reduziram a florescente Província de 480 Religiosos a um único, Frei do Amor Divino.

Foi através de SC que os Franciscanos da Saxônia vieram restaurar a Província. A 15-7-1891 quatro Franciscanos desembarcaram em Florianópolis e passaram a trabalhar em Teresópolis (hoje Águas Mornas). Recebendo mais 8, em dezembro, de lá partiram para fundar os Conventos de Lajes, Curitiba, Gaspar, Blumenau e Rodeio até 1892.

Hoje, das 26 paróquias que dirigem, a maioria é integrada por italianos, nas sedes ou nas muitas capelas, como nas de Rodeio (20 Capelas), Erval do Oeste (7), Joaçaba (15), Água Doce (41), Jaborá (15), Concórdia (65 Capelas de italianos), Xaxim, Coronel Freitas e outras.

Muitas das paróquias de italianos de hoje medraram, no passado, sob a luz dos trabalhos dos Franciscanos, como, por ex., Chapecó, Esteves Junior, Urubici, S. Carlos, Ponte Serrada, Faxinal dos Guedes, Videira, Tangará, Anita Garibaldi, S. Cecília, Ponte Alta do Sul, Rio do Sul etc.

Pastoreando a vasta Paróquia de Blumenau desde 13-3-1892, os Franciscanos passaram a atender não só às colônias alemãs (Blumenau, Timbó, Jaraguá, etc), mas também às colônias italianas da vasta paróquia, como Rodeio I, Rodeio II (Cinquenta, hoje S. Virgílio), Ascurra, Caminho Tirolês, Rio dos Cedros, Benedito Novo, Rio Garibaldi, etc.

Sob a orientação dos Franciscanos foi que as comunidades italianas ergueram majestosas igrejas, como as de Ilhota, Gaspar, Lajes, Erval do Oeste, Joaçaba, Luzerna, Concórdia, Xaxim, Chapecó e Coronel Freitas.

Foi também graças aos estímulos dos Franciscanos que os italianos construíram os hospitais de Rodeio, Gaspar, Rio dos Cedros, Urubici, Luzerna, Joaçaba, Água Doce, Lajes, Curitiba e Concórdia.

## 3. FREI LUCÍNIO KORTE, O PAI ESPIRITUAL DO RODEIO

Os irrestritos elogios de José E. Finardi ao trabalho dos Franciscanos em prol da colônia italiana do Rodeio devem-se, em boa parte, aos méritos de Frei Lucínio Korte, que lhe prestou brilhante serviço de 50 anos, isto é, de 15-3-1892 a 19-6-1942.



Este “benemérito e sábio sacerdote, homem de visão larga, a quem Rodeio tudo deve” — na expressão do rodeiense João Furlani — encaminhou a criação da Paróquia, que se efetivou a 8-7-1900, e dela foi o primeiro vigário.

Empenhou-se na fundação e bom funcionamento das escolas paroquiais, que, por falta de prédios, fazia funcionar no recinto das próprias igrejas. Um relatório de 1908, isto é, de 67 anos atrás, revela 24 capelas, 24 escolas, com 1.061 alunos. Visitava-as anualmente a todas e reunia seus professores no Rodeio, para fomentar o planejamento, a revisão e o aperfeiçoamento.

Segundo o emérito João Ferreira da Silva, Frei Lucínio exerceu sobre os rodeienses “liderança absoluta, conquistando-lhes a estima e irrisrita confiança”. Não foi apenas um catequisador, mas “tornou-se, igualmente, um conselheiro e orientador precioso e estimado em todas as circunstâncias em todas as situações”.

“Foi ele — explica J. F. da Silva — o grande propagandista das culturas do arroz, do fumo e da uva, que dariam a Rodeio uma posição destacada na vida econômica do Município e que prepararam a sua posterior emancipação política e administrativa”, que se realizou em 1934.

Para os italianos melhor colocarem os seus produtos, incentivou-os a formarem cooperativas e aplainou-lhes todos os caminhos para exportarem o arroz para a Áustria, via Trieste.

Para 70 famílias conseguiu terras devolutas em Rio do Oeste, o que promoveu o desenvolvimento daquela região.

#### 4. “L'AMICO”, O SEMANÁRIO RODEIENSE DE 1904 a 1917

Bom administrador da Paróquia, Frei Lucínio traçava plantas para Capelas e Conventos, compunha músicas, traduzia peças de teatro, regia a Banda de Música, tocava órgão.

Para melhor cumprir sua missão de líder da Comunidade italiana, fundou e redigiu *L'Amico*, periódico settimanale pel popolo cattolico, um dos primeiros do então município de Blumenau.

Formato de 32,5 x 48 cm., tiragem de 250 a 300 exemplares, “existência de 13 proveitosos anos, foi, incontestavelmente, um órgão que se impôs pela dedicação à causa dos paroquianos do Rodeio”, — afirma J. F. da Silva.

Grande parte das páginas internas e da última destinavam-se ao noticiário geral do exterior, nacional e local. “Enfim, um jornal modesto, mas bem impresso e de incontestável utilidade prática”.

Era impresso em oficinas do próprio Convento, com a colaboração de Frei Fidélis Kamp e do Prof. Giuseppe Zanluca.

#### 5. MUITOS JOVENS RODEIENSES TORNARAM-SE FRANCISCANOS

O zelo apostólico de Frei Lucínio, Frei Fidélis Kamp, de Frei Bruno Linden, que se dedicou às famílias e aos doentes desde 1926 até 1945, despertou em muitos jovens rodeienses a vocação franciscana.



Se mais ou menos 50 % dos padres e seminaristas da Província procederam de famílias italianas de S C, boa percentagem de Frades teve seu berço no Rodeio, como, por ex., os de sobrenome Girardi, Tambosi, Bertoldi, Pintarelli, Fruet, Scotini, Berri, Pasquali, Tomelin, Catoni, Furlani, Depiné, Panini, Devigili, etc.

Para dirigir o crescente número de escolas paroquiais, em 1913 Frei Policarpo Schuhen despertou em donzelas rodeienses o interesse pela catequese.

Assim, com Amábile e Maria Avosani surgiu a Congregação das Irmãs Catequistas, aprovada por Dom Pio Freitas a 19-7-1935. Hoje, várias centenas de Catequistas consagram-se ao trabalho catequético e escolar em SC e em outros Estados.

## 6. A SERVIÇO DOS ITALIANOS DO OESTE CATARINENSE

Em todo o oeste-catarinense, a colonização italiana, vinda do RS, beneficiou-se do trabalho dos Franciscanos, que começaram vindo de Palmas.

— CONCÓRDIA, hoje com 60 mil habitantes, 95 % italianos de origem, contou com os Franciscanos desde 1925, quando Frei Leonardo Stock celebrou a primeira missa em casa de um colono italiano.

Em 1943 consagraram "a maior igreja do oeste-catarinense", cuja construção foi animada por Frei Meinolfo Ellers. A Comunidade substituiu-a, em 1974, por uma igreja que prima, no Estado e no país, pela beleza, funcionalidade e rapidez de construção.

Se, em 1942, os 4 padres fizeram 450 visitas a capelas, e ministraram 24.434 confissões, 31.485 comunhões, 668 práticas, 482 visitas a doentes, hoje são 5 os padres que visitam mensalmente 65 capelas.

— CHAPECÓ recebe o trabalho dos Franciscanos desde 1935. Não só a majestosa Catedral, sagrada em 1956, mas também o Seminário Diocesano, onde funciona hoje a Fundação Universitária do Oeste Catarinense, expressam a cultura e a fé dos italianos chapecoenses orientados, na construção por Frei João Vianney Erdrich.

— Também o Ginásio de esportes São Francisco, de Xaxim, revela a atuação franciscana. A igreja de Joaçaba receberá a 14 de setembro p. próximo o 1º Bispo da novel Diocese, na pessoa de Frei Henrique Mueller, natural de Peritiba.

## 7. A INTEGRAÇÃO PELOS COLÉGIOS E SEMINÁRIOS

Mantidos sempre em alto nível escolar, os colégios S. Antônio, de Blumenau, e Diocesano, de Lajes bem como os Seminários de Rodeio, Itupuranga, Luzerna e Jaborá acolheram, em regime de internato, centenas de alunos do interior em cada ano e devolveram-nos como plêiade de líderes sociais, políticos, profissionais e cristãos.

O S. Antônio, de BLUMENAU, fundado em 16-1-1877, foi dirigido pelos Franciscanos desde 13-3-1892, já abrigou 300 alunos internos, funcionou como Ginásio, já em 1932, com os Cursos do Clássico e Científico desde 1943, com o Curso de Técnico em Contabilidade desde 10-10-1944, registrando mais de 1.100 Contadores, e do SENAC em 1947.



De 1911 a 1930 antecipou-se aos tempos, formando Professores que se destinaram às escolas de toda a Província.

Em LAJES, os Franciscanos, na pessoa de Frei Rogério Neuhaus, abriram o Colégio S. José em 1899, para internos e externos, com instrução primária e secundária.

“Em 1902 estava o Colégio S. José em vias de ser equiparado ao Ginásio Nacional”, o que não se concretizou por motivos de perseguição política. Foi vendido em 1914 à Câmara Municipal de Lajes.

Em 1930 Dom Daniel Hostin fundou o Colégio Diocesano, que os Franciscanos fizeram crescer desde 1938, contando hoje com mais de 2.500 alunos.

Em Jaborá, colonização toda italiana, os Franciscanos fizeram funcionar, de 1950 a 1966, o Juvenato S. Pascoal Bailão. De 1970 em diante, o prédio funciona como pensionato para rapazes vindos de ambiente rural para cursarem o Ginásio. A ACARESC aproveita-o para reuniões com integrantes da Comunidade.

## 8. A INTEGRAÇÃO PELA IMPRENSA

Todas as colônias italianas de SC têm recebido os livros religiosos, quando não os didáticos, impressos na Editora Vozes. Basta pensar no popular almanaque Coração de Jesus.

Mas os Franciscanos realizaram tentativas pioneiras de trabalho pela imprensa em SC. Assim, já em 1902 lançaram, em Lajes, nas suas próprias oficinas, o jornal *O Cruzeiro do Sul*. Em 1910, Frei Pedro Sinzig começou a publicar a revista *A Sineta do Céu*. De 1937 a 28-1-1961 editaram o jornal *O Guia Serrano*, com 2.600 exemplares, depois assumido pela Diocese.

Hoje, os Franciscanos comunicam-se com os italianos mediante rádio-emissoras, como vemos em Concórdia, Xaxim e Joaçaba.

Em conclusão, podemos afirmar: os trabalhos apresentados, sem esquecer das missões populares, revelam que os Franciscanos prestaram colaboração cultural, espiritual, material e social relevante no processo de integração dos imigrantes italianos em Santa Catarina.

## BIBLIOGRAFIA

1. *Blumenau em Cadernos*:
  - a) X (1969) p. 240s: J. F. da Silva: Blumenau e sua Imprensa.
  - b) XII (1972) p. 70-77: A. Rabe: O Trabalho dos Franciscanos.
  - c) X (1970) p. 18: J. Furlani: Rodeio e o seu Desenvolvimento.
2. *Centenário de Blumenau: (1850-1950)*, livro comemorativo, dirigido por Frei Ernesto Emmendoerfer, pp. 274 e 423.
3. *Vida Franciscana*: sobretudo os nºs de dezembro de 1970 (Fr. Lucínio) e de julho de 1973 (Colégios).
4. *Vozes*, 69 (1975) 5, nº comemorativo do Tricentenário da Província Franciscana da I. Conceição.



# Aspectos da Economia Catarinense Nos Séculos XVIII e XIX

Rosemari Pozzi Eduardo Griggs

Este trabalho faz parte do Capítulo II, da Dissertação de Mestrado, "A madeira em Santa Catarina — 1930-1972" — defendida pela Prof. Rosemari Pozzi Eduardo Griggs, em outubro de 1974, na Universidade Federal do Paraná.

O Estado de Santa Catarina é conhecido por sua fragmentação econômica, caracterizada pela existência de sub-regiões econômicas autônomas (1). Esta fragmentação já foi notada, desde o começo do século XIX, por Saint-Hilaire, que justificou o fato de que os litorâneos não penetraram para o interior, devido a Cordilheira Marítima que divide a Província em duas regiões bastante desiguais (2).

No início deste século, Delgado de Carvalho, em seu estudo sobre os Estados do Sul, divide o Estado catarinense em cinco regiões distintas. Observe-se que, nesta época, todas as áreas do Estado, já estavam, de uma forma ou de outra, ocupadas (3).

Entre outros fatores que contribuíram para esta diferenciação das zonas de colonização ou zonas geo-econômicas, está a própria fisiografia do território catarinense, atravessado de norte à sul, pela imensa Serra do Mar, como já observou Paul Walle:

*La Serra do Mar qui, de 30 mètres monte à 1.500 et 2.000 mètres, et que limite la zone maritime, forme à la naissance des hautes plateaux qu' elle supporte, comme une région intermédiaire... (4).*

Outro fator que também contribuiu para o isolamento do planalto catarinense foi a carência dos meios de transportes, dificultados pela serra, que parecia intransponível. Leonce Aubé cita que por volta de 1859, tentativas de exportação de erva-mate de Lages para a Ilha de Santa Catarina, foram feitas, mas que as despesas de transporte absorveram os lucros, o que desestimulava as relações entre o litoral e o planalto (5).

A estes fatores, acrescenta-se o fato de que a capital da Província situou-se no litoral e que também os açorianos que constituíam a maior parte da população litorânea estavam voltados para o mar, não tendo perspectivas para o interior. Suas atividades se resumiam à pesca e à agricultura de subsistência.

Até meados do século XIX, a vida social e econômica da Província restringia-se ao litoral, marcado pela ocupação vicentina e, principalmente, pela açoriana. Com a chegada do imigrante, ocupando espaços entre a faixa marítima e as encostas da serra, a vida da Província tomou novos rumos voltados para a policultura e logo a seguir para a industrialização.



A atual compartimentação do território catarinense em zonas bastante distintas, tem sua origem nas diversas formas de ocupação porque passou. Assim, a ocupação vicentina no século XVII, seguida da ocupação açoriana no século XVIII, sendo esta bem mais numerosa que aquela, marcaram o primeiro esboço da formação da economia catarinense, repercutindo este até os dias de hoje, na economia da faixa litorânea de todo o Estado. Por sua vez, a ocupação paulista do planalto catarinense, a partir do século XVIII, delineou uma economia bastante distinta das atividades econômicas do litoral, ou seja, a pecuária, que ali se desenvolveu, intensamente. No século XIX, a colonização européia, principalmente alemã e italiana, veio ocupar o vazio localizado entre o litoral e as escarpas da serra, isto é, a região desde o Vale do Itapocú e do Cachoeira até o Vale do Araranguá. Estes imigrantes fixaram-se em pequenas propriedades e marcaram uma nova etapa na economia catarinense no setor agrícola, porém mais acentuada no setor industrial.

Finalmente, a expansão da colonização européia do Rio Grande do Sul, na região Centro-Oeste do território catarinense, no começo deste século, veio dimensionar a agro-indústria, principal atividade econômica desta região, e a exploração madeireira ligada às famílias de origem italiana, vindas do Rio Grande do Sul.

As economias que se desenvolveram em função destas ocupações sucessivas do território catarinense, evoluíram de forma diferente e segundo polos de atração diversos. Assim, a colonização européia do Vale do Itajaí resultou na industrialização a partir de um mercado interno, para a conquista do mercado nacional, notadamente do Rio de Janeiro e São Paulo (6); a colonização açoriana desenvolveu uma economia de subsistência, fundamentada na pesca e na cultura da farinha de mandioca, economia esta bastante dissociada da sua vizinha do Vale do Itajaí. Os campos de Lages desenvolveram-se voltados para a pecuária, mais ligados ao Rio Grande do Sul e a São Paulo, embora fosse a fonte imprescindível para o fornecimento de carne à toda a região litorânea; a região de Canoinhas, muito mais integrada à economia do Paraná, em todos os sentidos, desenvolveu a indústria extrativa do mate e da madeira; as regiões do Vale do Rio do Peixe e do Oeste, ocupadas pelos gaúchos, está por todos os motivos mais ligada à economia riograndense.

Neste arquipélago econômico, alguns liames estiveram a uni-lo. Assim, o gado da região de Lages e Curitiba abasteceu a região litorânea, o sul do Estado e a região de colonização alemã e italiana. Por sua vez, a erva-mate, encontrada na região de Canoinhas e na região de Lages, era vendida no litoral e exportada através do porto de São Francisco. No entanto, quem mais contribuiu neste sentido, foi a madeira, que forçou a abertura de caminhos, rodovias e ferrovias, pois se destinava à exportação e forçosamente teria de chegar ao litoral, como também o fato de que o pinho do planalto passou a ser consumido em grande quantidade por toda a região em baixo da serra. Assim, madeireiras da região serrana estabeleceram filiais nas cidades portuárias de Florianópolis, Itajaí, São Francisco e Laguna. O Vale do Rio do Peixe também ligou-se ao litoral através da ferrovia São Paulo - Rio Grande e seu tronco Porto União - São Francisco, porém o mesmo não aconteceu com a região do Oeste que, isolada do litoral, fazia suas exportações através do rio Uruguai, ou através do Paraná e do Rio Grande do Sul.



## 1 — A ECONOMIA AÇORIANA

A partir de meados do século XVIII, com a ocupação do litoral catarinense pelos açorianos, delineou-se uma economia fundamentada na agricultura de subsistência, apresentando diminuta exportação, e na pesca, também de subsistência, salvo o período em que se verificou a pesca da baleia, atividade esta voltada para a exportação e que não trouxe proveito para a economia local, pois era explorada por companhia de Lisboa.

A agricultura se restringiu à faixa marítima, sendo cultivadas braças de terra para a mandioca, milho, feijão e cana. No seu relatório à Assembléia Provincial, Francisco de Araujo Brusque, em 1860, apontou como causas do fracasso da agricultura na Capitania, o fato da subdivisão entre os descendentes, dos lotes que haviam sido distribuídos aos primeiros casais açorianos, como também a incapacidade destes e de seus descendentes de cultivarem, com êxito, a terra. Apontou ainda a ociosidade e a rotina que não deixavam o homem do litoral trocar a rede de pescaria pelo arado, como também fazia com que não se sujeitasse ao trabalho diuturno da lavoura (7). Este último fator reflete a mentalidade do elemento açoriano aliado à abundância de recursos que o mar lhe oferecia. Sua atenção estava voltada para o mar, e da terra só extraía o estritamente necessário, sem preocupação alguma de capitalizar ou de estocar para o futuro.

Documentos esparsos indicam que Santa Catarina, no século XVIII, e durante quase todo o século XIX, teve como produto principal da sua economia de exportação, a farinha de mandioca (8), considerado o primeiro produto da exportação catarinense. Decorrente disto pode admitir-se a ocorrência do ciclo da farinha de mandioca, predominando este, por todo o século XVIII até meados da segunda metade do século XIX. Os dados seriados que podem ser apresentados são os do Relatório do Presidente da Província, em 1867, em que a farinha de mandioca predomina, praticamente sozinha na pauta das exportações no período de 1850-65 (9).

Anos	Farinha de Mandioca alqueires	Milho alqueires
1850-51	204.166	19.550
1851-52	397.835	7.244
1852-53	295.875	25.177
1853-54	383.166	13.365
1854-55	406.594	28.637
1855-56	396.289	26.811
1856-57	487.224	25.744
1857-58	485.310	49.758
1858-59	533.309	73.694
1859-60	622.192	79.581
1860-61	463.070	76.177
1861-62	370.013	57.557
1862-63	441.343	104.080
1863-64	581.134	66.819
1864-65	515.945	187.669



Além da farinha de mandioca, era exportado em menor escala, o milho, seguido do feijão e do arroz e, quase sem representatividade nenhuma, do café, açúcar, erva-mate, amendoim, favas, farinha de milho, aguardente e melão (10).

Com relação à existência de indústrias, sabe-se que, além das atafonas para fazer farinha de mandioca, existiam teares de tecidos de algodão e de linho, aos quais se refere o Presidente da Província, em 1857, dizendo que já estavam em extinção (11).

A partir de meados do século XVIII, o comércio interno era realizado entre Desterro, praticamente o único porto da Capitania, e o Rio de Janeiro, do qual importava tudo o que precisava (12): enquanto que o comércio externo era realizado quase que totalmente com o Rio da Patra, para onde eram enviados os seguintes produtos: madeira para construção, farinha de mandioca, milho, e outros (13).

Além do Prata, era mantido algum comércio com Lisboa e, através desta, com a Inglaterra.

No ano de 1843, Van Lede se refere ao porto de Desterro dizendo que, ordinariamente, estavam ancorados 30 à 40 navios, dos quais somente um quarto eram estrangeiros. Considerava ele: "C'est le commerce à sa naissance" (14). Assim, encontrava-se o comércio catarinense nos meados do século XIX, marcadamente açoriano, limitado ao litoral, exportando quase que exclusivamente farinha de mandioca, através de seu principal porto, Desterro. No resto, era uma economia de subsistência caracterizada pela agricultura em pequenos canteiros de terra, o suficiente para o agricultor que, geralmente, aliava esta atividade à pesca de onde obtinha grande parte do seu sustento.

## NOTAS DE RODAPÉ:

1 — SINGER, P. *Desenvolvimento econômico e evolução urbana*. São Paulo, Nacional, 1968, p. 85-86.

2 — SAINT-HILAIRE, A. *Voyage dans les Provinces de Saint Paul et de Sainte-Cathérine*. Paris, Bertrand, 1851. p. 162-163.

3 — CARVALHO, C. M. D. *Le Brésil Meridional: étude économique sur les états São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul*. Rio de Janeiro, E. Desfosses, 1910. p. 305.

4 — WALLE, P. *Au Brésil - Etats de Paraná et de Santa Catarina*. Paris, E Guilmoto, 1912. p 38.

5 — AUBÉ, L. *A Província de Santa Catarina e a colonização do Brasil*. R. Inst. Hist. Geogr. SC., Florianópolis, 15: 80-94, 1944.

6 — MAMIGONIAN, A. Estudo geográfico das indústrias de Blumenau. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, 27 (3): 389-481, jul/set. 1966.

7 — SANTA CATARINA (Estado) Presidente, 1859-61 (Brusque). *Relatório do Presidente Francisco de Araujo Brusque à Assembléia Legislativa Provincial*. Rio de Janeiro, Correio Mercantil, 1860. p. 26-27.



8 — PORTUGAL, Leis, Decretos, etc. Provisão régia de 9 de agosto de 1747 citado na obra *A economia catarinense* de Laércio Caldeira de Andrade.

9 — SANTA CATARINA (Estado) Presidente, 1865-68 (Lacerda). *Relatório do Presidente Adolpho de B. C. A. Lacerda à Assembléia Legislativa Provincial*. Rio de Janeiro, Nacional, 1867 (anexos).

10 — Ibid.

11 — SANTA CATARINA (Estado) Presidente, 1850-59 (Coutinho). *Falla à Assembléia Legislativa Provincial, 1857*: Desterro, Correio Catarinense, 1857. p. 28.

12 — VAN LEDE, C. *De la colonisation au Brésil memoire historique, descriptif, statistique et commercial sur la Province de Sainte-Catherine*. Bruxelles, Any Decq. 1843. p. 271.

13 — Ibid.

14 -- VAN LEDE, p. 275.

## A Estância das Araucárias

Evaldo Trierweiler

A família do senhor Maler se ocupava em descarregar a mudança que viera em um lombo de burro do litoral para as bandas inóspitas de Santa Cecília de Curitiba.

Subitamente ocorre um garoto e diz:

— Papai, venha ver, ali no monjolo velho pende um esqueleto.

— Já vou, meu filho. Todos deixaram imediatamente os afazeres e os animais e se dirigiram para o velho monjolo. Entrando deram com um esqueleto suspenso de uma trave, Antes mesmo de continuar o trabalho de arrumar a mudança, puseram-se a cavar a terra e deram sepultura ao infeliz que ali tragicamente terminara seus dias.

Quem seria o desgraçado? um suicida?... ou alguém arrastado ao último suplício? É o que se tenta ilucidar através dessa desprezenciosa história.

x x x

Quem, naqueles recuados tempos do limiar deste século, subisse a serra no Estado de Santa Catarina, para os lados de Mafra, Canoinhas deparava com um panorama encantador.

De qualquer outeiro, a vista abrangia vasta zona, como soem ser os panoramas da serra. Da basta mata tropical emergiam as araucárias, mutiplicavam-se as umbelas verde-escuras até perderem-se, cada vez menores, no horizonte longínquo. Esses gigantes davam à região um aspecto senhoril e ao mesmo tempo um ambiente de calma e solidão. Uma brisa, quase que constante provocava nas árvores uma zuada de intempetiva procela.



Se o panorama era lindo e acolhedor aos olhos do visitante, era visto com olhos de cobiça e ambição por parte dos madeireiros. Estes haveriam de explorar essa imensa riqueza com desperdício criminoso. O advento da máquina a vapor houve por bem esgotá-la em poucos anos, uma vez que ninguém jamais cogitara de um reflorestamento racional.

Naqueles dias, no entanto, erguiam-se altaneiras da sub-mata a desafiar o azul do céu, a entestar as nuvens, a enfrentar raios e tempestades. Não poucas vezes amanheciam em faixas, ou de raízes à mostra em decúbito longitudinal. Ali ficavam à mercê das intempéries e mais tarde, já apodrecidas, algum lenhador aproveitava o "nó de pinho" como combustível para aquecer-se no inverno. O "nó de pinho" é uma extremidade duríssima, resinosa, que liga o galho das araucárias ao tronco.

Desses braços ingentes avolumavam-se as bolotas "pinhas" recheadas de pinhões, parte comestível da pinha, bastante numerosa em algumas, com mais de cento e cinquenta pinhões nas maiores.

No inverno, quando debulhavam, bandos verdes de papagaios banquetevavam-se à vontade num alarido infernal. Maracanãs, guarajubas, tirivas, periquitos etc...

Tirivas em revoada no seu grasnar característico, disputavam o seu quinhão aos papagaios em geral mais lerdos. Periquitos em bando divertiam-se nas bagueiras pejadas de frutos. Lá pelas tantas, um lote, de tucanos fazia sua visita às uvaieiras, arroeiras, travadeiras e quantas mais houvesse. Do intenso vozeiro distinguia-se o grasnar das gralhas, as quais mais previdentes apanhavam o pinhão e iam enterra-lo, como provisão para os tempos de carestia. Como posteriormente não o achassem, essas aves tornaram-se inconscientemente as mais ativas reflorestadoras animais. Vez por outra um tiro espantava os bandos e os levava a outras regiões. Carne de aves entretanto não era apreciada, porquanto abundavam outras caças. Ao lado das araucárias, sobre os outeiros e mesmo nas planícies, abudas imbuías ensombravam a região. Altos rotundos cedros temperavam o ambiente com sua copada verde-mar. Sob estas copadas árvores, protegida das ardências solares e também do frio hibernal, crescia outra riqueza local: a erva-mate. Contavam-se aos milhares os espécimes nessa flora divina. Sua exploração tomou incremento a partir de 1920.

Alentadas touças de taquaras balouçavam seus arcos viridentes aos caprichos das auras ou ao desespero dos vendavais. Bracatingais extensos pareciam espriados mantos verdes de filó cobrindo encostas solitárias, muitas vezes entremeados de bagueiras, taquarais ou alguns pinheiros perdidos. O bracatingal era espetacular nas manhãs de geada, quando trocava o manto verde pelo branco e não poucas vezes, árvores morriam ao rigor do frio.

Além das aves mencionadas, pássaros de todos os matizes revolteavam pelo ar e fartavam-se dos frutos abundantes, pendentes das franças das árvores frutíferas para depois pousar lado a lado dos ramos para um longo repouso, espécie de digestão após a lauta comilança. Era magnífico o despertar da natureza nas belas manhãs saudosas. Todo rincão se assemelhava a um paraíso recém-saído das mãos do Criador.

Virentes pastagens, semeadas de capões e caponetes, sob cujas



frondes, ou em campo aberto, entre pacatas reses, pastavam nédios veadhinhos, os quais se sentiam protegidos entre os corpulentos animais. Mais além pontas de gado ruminavam, pacificamente, deitadas à sombra projetadas por espessas ramarias. Manadas de cavalos pasciam ao longe, madrinhados por éguas mansas de cincerros ao pescoço; uso que se perdeu devido a roubalheira. Pelo som do cincerro sabia-se onde a manada se encontrava. Como o cincerro era de bronze e este começou a ter valor ele foi desaparecendo nas mãos dos larápios.

Mansas murmuravam as águas dos regatos neste torrão tão pobre de águas, pedras e areia. Tão pacatas corriam as águas que um ri-beiro recebeu o nome de Paciência.

Naqueles recuados tempos o pinheiro era derrubado como objeto sem valor. Além da derrubada sem freio, ninguém se dignava organizar o replantio. Os homens da época, creio, acreditavam ser impossível acabar com aquele cabedal de milhares de árvores. Antes dos engenhos de serra a vapor, havia engenhos hidráulicos mas cujo rendimento era mínimo e quando não os havia o pinheiro era testado. Se achava bem, então era partido em tábuas e também em rachãos. As tábuas serviam de paredes nos casebres, e os ranchãos eram empregados nas cercas para animais de carroça, muares ou gado leiteiro, antes do advento do arame farpado. Também do pinheiro que rachava bem se faziam estaquetas e tabuinhas. As primeiras eram material para cercas de quintais e as outras pregadas aos sarrafos eram o telhado primitivo das rústicas casas.

Enquanto não existiram os engenhos de serra, serravam-se tábuas, barrotes, esteios e linhas a braço. Um dos trabalhos mais pesados que talvez os homens tenham praticado. Trabalho rude, duro somente para homens rijos de ténpera de aço.

Nesses dias tão difíceis, com dificuldades sem número, quando a natureza prometia fartura, foi que Marcos achegando-se à mulher lhe disse após uma viagem para aquelas bandas.

— Vamos de muda. Eles se achavam em Lucena hoje Itaiópolis. O lugar que vi e comprei é de fartura. Lá em poucos anos estaremos com o pé de meia recheado, com bons cavalos na carroça, bom gado e vacas de leite, porcos, galinhas, porque, além de boa pastagem há também ótima terra de planta.

— Vamicê é que sabe, disse a mulher, metida numa bata e numa blusa de cintura apertada, em uso na época, calçando pesados taman-cos. Olhou desconcertada para o marido, caminhou para um tamborete que levou na mão esquerda e um balde na direita.

Aproximou-se de uma vaca e continuou o trabalho de mungir. Lino, um rapazola de seus doze anos, já havia apoiado e o bezerro e agora o puxava vigorosamente para amarrá-lo a um cepo, adrede chantado para tal fim no centro da mangueira, a fim de facilitar o trabalho da mãe.

Desagradava à mulher o ter de deixar esta linda gleba, todavia teve de render-se às razões inflexíveis do marido. Marcos tinha certeza de que ela iria gostar do novo lar. A princípio teriam suas dificuldades, depois viria a fartura e na fartura ninguém reclama. Durante a ceia, Mar-



cos falou-lhe ainda das possibilidades de extração da erva-mate e na venda de madeiras.

Magda, assim se chamava a mulher, limitou-se a menear a cabeça.

Marcos falou com entusiasmo na voz. Já providenciei tudo para a mudança. Chico o vizinho dos fundos iria com a carroça levar os poucos pertences. Nicolau se encarregaria de conduzir os porcos. Tonico tangeria o gado, enquanto ele levaria a família na carreta de sua propriedade. Esta era tirada por dois tordilhos que eram o seu orgulho.

Enquanto se servia de mais um pedaço de carne, ela falou:

— É muito longe?

— Com a mudança, creio que chegaremos pelo terceiro dia. Será cansativa a viagem, lá, porém, tudo vai ser diferente.

Magda limitou-se a um gesto de muda resignação.

x x x

Marcos a conhecera jovem. Era uma dessas belezas cablocas que deslumbram o sertão. Acontecera numa noite de fandango. Os convidados iam chegando, pois que naqueles tempos para se ter pessoas no baile ou festa era preciso convidar. Se, por acaso o dono da festa se descuidasse e não percorresse as casas convidando os moradores, corria o risco de não ter com quem dançar e farrear. Pior ainda, de ser considerado como inimigo. O fato de não convidar constituía ofensa. E ofensas, geralmente, eram lavadas em sangue. Os contendores ou iam para o cemitério ou ficavam durante meses a curar-se dos ferimentos recebidos na refrega. A bala, a faca ou a navalha -- arma perigosa esta última, colocada entre os dedos do pé era manejada numa agilidade de sinistra esgrima.

Na rapidez dos movimentos iam ficando lanhos nas pernas, ferimentos nos braços, quando não, tripas de fora. Quando provocado, o povo era bárbaro. Por da cá uma palha eram capazes de cometer um crime. A vida humana para eles, nesses casos, pouco valia. Caso contrário eram de uma solidariedade a toda a prova. Leais, prestativos, bons, escravo da palavra. Irados — maus e propensos a todos os desatinos.

O povo acercava-se da casa onde se realizaria naquela noite o fandango em honra de São Gonçalo. Pais e mães acompanhados de suas filhas. A cavalo ou a pé todos acorriam. Ninguém queria perder a novena do Santo. Guapos rapazes de lenços ao pescoço, chapéu de largas abas na cabeça, mas todos estranhamente calçados de tamancos. Homens e mulheres em trajes domingueiros. Alegria em todos os rostos. Era a festa do Santo querido.

Os jovens passeavam os olhares pelos grupos de moças que tímidas ficavam junto às mães. De repente o olhar de Marcos cruzou-se com o olhar de uma beleza cabocla. Ela imediatamente baixou os olhos. Marcos teve tempo ainda de perceber uns laivos rubros que por instantes lhe tingiram as faces. Jamais vira beleza igual. Jurou para si nesse momento; Se ela não tiver um eleito de seu coração, ela será a menina do meu coração. Entrementes desceu a noite e com ela o frescor que acom-



panha o declínio do sol. O pessoal foi se acomodando na sala pequena, para onde também se recolhera Magda e sua mãe. Marcos não mais a perdeu de vista.

Um tilintar de campainha chamou os devotos para a novena.

A sala para onde afluíam estava bizarramente mobiliada. Bancos de tábuas corriam ao longo das paredes, interrompidas apenas pelas aberturas das portas de dois quartos e entrada para a cosinha que ficava para os fundos. O assoalho era de largas tábuas, serradas a braço. Grandes gretas nas juntas das tábuas provavam ter o assoalho sido pregado quando a madeira estava verde. Além da porta de entrada, uma janela abria para a rua e duas para o quintal ao lado. No fundo da sala fora colocada uma mesinha coberta com uma toalha. Sobre a toalha, encostada à parede, um quadro de São Gonçalo em cuja frente ardiavam duas velas metidas em toscos castiçais e um vaso com flores nativas. Singeleza de altar preparado para a solenidade noturna.

A noite descera de vez. Fôra ouvia-se o zumbir dos insetos, muitos dos quais vinham tisonar as asas na chama das velas ou mesmo com impacto apagá-las. Da mata partia de vez em quando o rinchavelhar de uma coruja que desconcertava a seriedade da novena.

O capelão pediu silêncio e ajoelhou ante o rústico altar. Os mais devotos o imitaram, outros ficaram de pé. Feita pequena prece, pôs-se de pé e entoou o "Deus in adjutorium meum intende que saiu mais parecido com Deus no escritório não me entende o que não vinha ao caso, conquanto o Santo fosse honrado com Cânticos e orações. A seguir cantava-se o Amado Jesus, José e Maria... seguido do Pai-Nosso igualmente cantado. Punha fim à cerimônia a ladainha lauretana cantada num latinório de doer os ouvidos, misturadas as vozes de baixo, meio-voz e tripa. Tripa era um arremedo de soprano. Uma mistura singular. Afinal o Santo havia sido honrado, estava cumprido o dever religioso.

Gonçalves Dias fala nesse Santo em três versos sugestivos:

Agora de um grande Santo  
Embora lhe caiba a vez,  
Bom Santo foi São Gonçalo  
Pesar que foi português.

Que santos ditos que disse,  
Que santas obras que fez  
Bom tempo foi o de outrora  
Não lhe quero outra razão.

Criava a terra gigantes  
Havia santos então  
Havia paz liança  
Nos reis do reino cristão.

Terminada a cerimônia tudo mudava de figura. O silêncio que até reinara passava ao palavrório. Todos falavam e cumprimentavam os que haviam chegado mais tarde. O mais curioso sucedia então e nunca se soube por que? - Viravam o quadro do Santo com a cara para a parede. Apagavam-se as velas, substituídas por lamparinas de querosene. O espa-



ço literalmente tomado pelas pessoas mais diversas. As jovens ficavam do lado dos quartos e contra os fundos da casa, enquanto os moços ficavam na parte fronteira. No centro conservava-se pequeno espaço livre. Da cosinha partia forte cheiro de "consertada" (cachaça cozida com açúcar, cravo e gengibre). Também "poncho" (cachaça queimada, misturada com ovos batidos — bebida pra squentá como diziam. Era servida nos longos intervalos tomados para descanso.

Roncou a sanfona, repinicaram os instrumentos. Começou o estranho batuque. Os pés metidos em tamancos batiam o compasso dentro do comum da dança. O que maravilha é que todos batiam em uníssono e ninguém perdia a mágica daquele compasso. Para os de fora tornava-se monótono, mas os do fandango divertiam-se a valer.

Marcos não perdia de vista a linda cabloca, a flor do salão, a curiosidade da noite. Viera de Curitiba e domiciliara-se com seus pais, bem distante da casa de Marcos em Lucena e pouco tempo residiam ali. Divertiram-se a princípio, trocando olhares. Depois passaram a conversar animadamente. Trocaram juras de amor enquanto o fandango continuava o seu compasso monótono. Os ânimos iam-se esquentando à força do espírito da cachaça. Pelas duas horas da madrugada, cansados, alguns com bolhas nos pés, deram por fim o fandango. Cada um seguiu seu rumo perdendo-se na escuridão.

Murmurava-se no outro dia que os dois seriam um belo par. E não se enganaram.

Tempos depois, Marcos conduzia a linda Magda ao altar e um novo lar veio aumentar a população do lugarejo. Viveram felizes. Não se sabe, se pela beleza do lugar, se por causa da pastagem e terra de planta que havia para o lado das montanhas, ou por outro motivo qualquer, o certo é que Marcos decidira mudar-se de Lucena para Bela Vista do Toldo.

Tinham vivido bem. Do consórcio nasceram seis rebentos que vieram povoar-lhes o lar. A mais velha, então menina de quatorze anos, em plena adolescência, cópia fiel da mãe, estava de namoro com Antoninho Camilo, namoro disfarçado, às escondidas, dada a idade precoce de ambos.

Antoninho, quando soube da mudança, viu tudo perdido. Ia acabar-se aquele idílio. Separação forçada, porquanto não tinha meios de seguir e muito menos de visitar sua amada. Bem duro, na realidade, ver-se ausente, distante, sem vislumbrar uma saída para vencer o obstáculo. Para os jovens nessa idade de ouro a ausência é tanto mais dolorosa, porque inexperientes da vida, vivem mundos de sonhos e sonhos à distância fazem sofrer. O sofrimento torna-se tanto maior, porque ninguém quer perder um bem, mesmo que seja um sonho ou uma quimera. Encontram-se pessoas dispostas a enfrentar contrariedades, trabalhos suados, empresas difíceis, quando mais fácil seria soltar o bem com que sonham; dar-lhes-ia muito menos sacrifício, do que arrojá-lo a um trabalho inglório, de preço incalculável, bem avaliado de pouca vantagem. Sonho que em determinados casos jamais se realizará.

A separação dos dois namorados seria para sempre.

x x x

(Continua no próximo número)



## A NOVA DIOCESE

Joaçaba, rico município do oeste catarinense, foi elevado à sede de Diocese por ato da Nunciatura Católica do Vaticano.

A escolha do novo príncipe da Igreja, recaiu na pessoa de Dom Henrique Müller O. F. M. Nascido a 22 de agosto de 1922, em Peritiba, Santa Catarina, é filho de Pedro Paulo Müller e Ana Maria Bonn Müller.

Dom Henrique fez o curso primário em Peritiba. Com 12 anos ingressou no Seminário de Rio Negro (PR), onde cursou o ginásio colegial. Em 1943, inscreveu-se na Ordem dos Frades Menores, realizou o noviciado na cidade de Rodeio. Fez seus estudos filosóficos no Seminário do Bom Jesus em Curitiba em 1944 e 1945. Cursou teologia em Petrópolis. Ordenado sacerdote em 16 de julho de 1949.

Em 1950, assumiu a direção do Seminário de Luzerna, distrito de Joaçaba, onde permaneceu até 1962.

Em 1964, foi Vigário de Forquilha, município de Criciúma. Em 1965, foi Guardião e Vigário de Canoinhas e de Porto União desde 1974, até a sua nomeação para Bispo de Joaçaba, dia 2 de julho de 1975.

Foi ordenado Bispo de Joaçaba, a 14 de setembro de 1975 por Dom Carmine Rocco, Núncio Apostólico no Brasil, sendo consagrantes Dom Afonso Niehues, Arcebispo Metropolitano e Dom Honorato Piazzera S C J Bispo de Lages.

É mais um catarinense, que se destaca no seio da Igreja Católica e de quem se espera um ativo e proeficiente trabalho pastoral.

---

## Calamidade se abate sobre Blumenau

Novo transbordamento do Rio Itajaí Açu, nos dias 2, 3 e 4 de Outubro trouxe grandes prejuízos à população, comércio, indústria e escolares.

As águas atingiram 12 metros e 25 centímetros acima do nível normal do rio.

Fortes e intermitentes chuvas em todo o Vale do Itajaí, foram as causas dessa anomalia que paralizou todas as atividades em nossa cidade. Os prejuízos até agora apurados, só em Blumenau, montam em mais 30 milhões de cruzeiros.

O Ministro Rangel Reis, veio pessoalmente verificar em loco, os efeitos da calamidade que tantos males causou a nossa economia. Soldados do 23º B. I., Corpo de Bombeiros e funcionários da Prefeitura de Blumenau, não pouparam esforços no afã de socorrer os flagelados, salvando vidas e bens materiais.

Um valoroso soldado do 23º B. I. perdeu a vida perecendo afogado quando prestava auxílio a uma família. Outro cidadão também morreu afogado quando procurava salvar seus familiares. Um jovem em que se encostara num poste de iluminação, pereceu eletrecutado.

Mais de seis mil casas foram inundadas pelas águas e cerca de 35 mil desabrigados sofreram as agruras dessa tremenda calamidade.



# FUNDAÇÃO "CASA DR. BLUMENAU"

Instituída pela Lei Municipal Nº. 1835, de 7 de abril de 1972  
Declarada de Utilidade Pública pela Lei Municipal nº. 2028 de 4/9/7  
Alameda Duque de Caxias, 64 — Caixa Postal, 425  
89100 B L U M E N A U Santa Catarina  
Instituição de fins exclusivamente culturais

---

## São objetivos da Fundação:

Zelar pela conservação do patrimônio histórico e cultural do município;  
Organizar e manter o Arquivo Histórico do Município;  
Promover a conservação e a divulgação das tradições culturais e do folclore regional;  
Promover a edição de livros e outras publicações que estudem e divulguem as tradições histórico-culturais do Município;  
Criar e manter museus, bibliotecas, pinacotecas, discotecas e outras atividades, permanentes ou não, que sirvam de instrumento de divulgação cultural;  
Promover estudos e pesquisas sobre a história, as tradições, o folclore, a genealogia e outros aspectos de interesse cultural do Município;  
A Fundação realizará os seus objetivos através da manutenção das bibliotecas e museus, de instalação e manutenção de novas unidades culturais de todos os tipos ligados a esses objetivos, bem como através da realização de cursos, palestras, exposições, estudos, pesquisas e publicações

## A Fundação "Casa Dr. Blumenau", mantém:

Biblioteca Municipal "Dr. Fritz Müller"  
Arquivo Histórico  
Museu da Família Colonial  
Horto Florestal "Edite Gaertner"  
Edita a revista "BLUMENAU EM CADERNOS"  
O Mensário "O LEITOR"  
Tipografia e Encadernação  
(exclusivamente para serviços internos)

Diretor Executivo: *Federico Carlos Allende*

Conselho Curador: *Hercílio Deeke* - presidente  
*Edison Müller* - vice-presidente

Membros: *Elimar Baumgarten* — *Christiana Deeke Barreto* —  
*Isolde Hering d' Amaral* — *Rolf Ehlke* — *Nelo Osti*





# TOALHAS ARTEX

a moda em toalha